



PAIUNG

**PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DAS UNIVERSIDADES DO COMUNG**

ANAIS PAIUNG 2014:

SEMINÁRIO DE 20 ANOS

ISBN 978-85-8167-114-7



**EDITORA
UNIVATES**

Maria Cristina Gubiani Aita
(Coord.)

Anais PAIUNG 2014: seminário de 20 anos

1ª Edição

 EDITORA
UNIVATES

Lajeado, 2015



Centro Universitário UNIVATES

Reitor: Prof. Me. Ney José Lazzari

Vice-Reitor e Presidente da Fuvates: Prof. Me. Carlos Cândido da Silva Cyrne

Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Madalena Dullius

Pró-Reitora de Ensino: Profa. Ma. Luciana Carvalho Fernandes

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional: Profa. Dra. Júlia Elisabete Barden

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Me. Oto Roberto Moerschbaecher



Editora Univates

Coordenação e Revisão Final: Ivete Maria Hammes

Editoração e capa: Glauber Röhrig e Marlon Alceu Cristófoli

Conselho Editorial da Editora Univates

Titulares

Augusto Alves

João Miguel Back

Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar

Adriane Pozzobon

Suplentes

Ieda Maria Giongo

Beatris Francisca Chemin

Ari Künzel

Fernanda Scherer Adami

Avelino Tallini, 171 - Bairro Universitário - Cx. Postal 155 - CEP 95900-000,

Lajeado-RS, Brasil Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000

E-mail: editora@univates.br / <http://www.univates.br/editora>

Ficha catalográfica:

S471 Seminário de 20 anos Programa de Avaliação Institucional das Universidades do Comung (1.: 2014 : Lajeado, RS)

Anais Seminário PAIUNG/COMUNG, 25 de setembro de 2014, Lajeado, RS / Aita, Maria Cristina Gubiani (Coord.) - Lajeado : Ed. da Univates, 2015.

ISBN 978-85-8167-114-7

1. Ensino Superior 2. Instituições Comunitárias do Rio Grande do Sul 3. Avaliação Institucional 4. Anais I. Título

CDU: 378.4 (816.5)

Catálogo na publicação – Biblioteca da Univates

AS OPINIÕES E OS CONCEITOS EMITIDOS, BEM COMO A EXATIDÃO, ADEQUAÇÃO E PROCEDÊNCIA DAS CITAÇÕES E REFERÊNCIAS, SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

APRESENTAÇÃO

No ano de 2014, o Programa de Avaliação das Instituições Comunitárias do Rio Grande do Sul - Paiung, comemora 20 anos de uma trajetória de encontros e discussões sobre a Avaliação Institucional, como um processo permanente de melhoria da qualidade da Educação Superior. Quinze instituições do Comung constroem a cada ano processos avaliativos cada vez mais sólidos e comprometidos com sua realidade comunitária. O Seminário de 20 anos do PAIUNG refletiu sobre a Avaliação Institucional em IES Comunitárias.

Visando a fortalecer ainda mais o intercâmbio de informações e a produção do conhecimento acerca da temática da avaliação, o Programa abriu no “Seminário de 20 anos PAIUNG/COMUNG” um espaço para a publicação de estudos e pesquisas que vêm sendo realizados nas Instituições de Ensino Superior – IES, do Rio Grande do Sul e de outros estados do Brasil, compartilhando, assim, iniciativas que vêm se solidificando desde a implantação da Lei do SINAES.

Insere-se, inicialmente, nestes Anais o texto: **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFSC: UM RELATO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO**, que tem por objetivo apresentar um relato do processo de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, utilizando-se dos relatórios e documentos divulgados pela Comissão Própria de Avaliação do IFSC.

Na sequência, objetivando identificar aspectos que envolvem a qualidade e a adequação da formação acadêmica dos cursos de licenciatura (PARFOR) da Unicruz, apresenta-se o texto: **AS LICENCIATURAS DO PARFOR/UNICRUZ E A ADEQUAÇÃO DE SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA**.

O texto **A AVALIAÇÃO DOCENTE NA UNIJUÍ** apresenta um relato de experiência sobre aspectos do processo e dos resultados do Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ, desenvolvido no período de 2012/2013, visando a evidenciar a importância da articulação entre a avaliação e o planejamento para a busca constante da excelência na universidade, em uma perspectiva de análise do processo.

O texto intitulado **A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NA UNIPAMPA: A INSTITUIÇÃO MULTICAMPI** analisa a constituição e a implantação da CPA, bem como apresenta o projeto de Avaliação Institucional na UNIPAMPA.

Na continuidade destes Anais, o texto **DESAFIOS À AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - COMO SENSIBILIZAR A COMUNIDADE ACADÊMICA E GARANTIR MAIOR PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS AVALIATIVOS?** delinea, de maneira breve, um retrato do processo de autoavaliação em uma visão estratégica da Unipampa, bem como destaca o trabalho na sensibilização para o avanço no número de respondentes ao instrumento de avaliação do ano de 2014, em relação ao ano de 2013.

Na perspectiva de analisar como os gestores (coordenadores) dos cursos de graduação da universidade observam o ENADE, enquanto política de avaliação em larga escala e quais estratégias de gestão são utilizadas para melhorar seus cursos, inclui-se o texto: **POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: O ENADE SOB-HOLOFOTES NA GESTÃO DOS CURSOS SUPERIORES DA URI – CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN**.

O texto **RELATÓRIO DO ENADE: DESAFIOS PARA AUTOAVALIAÇÃO DE UM CURSO DE GRADUAÇÃO** é caracterizado pelo recorte da dissertação “Influências do SINAES na construção curricular do curso de

Pedagogia”, que tem por objetivo apresentar o potencial do relatório do ENADE como fonte de dados para a autoavaliação de um curso de Pedagogia.

O resumo intitulado **AValiaÇÃO INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DOCENTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO DA URI – CÂMPUS DE SANTIAGO**, foca os resultados da Avaliação Institucional dos docentes do Curso de Direito no primeiro e segundo semestres, analisando dados presentes nos Relatórios Anuais de Autoavaliação Institucional de 2010 a 2014.

Não poderíamos deixar de externar nossos agradecimentos ao Comung. Em especial, aos colaboradores desta obra que, registrando seus estudos referentes à avaliação e ao trabalho realizado pelas Comissões Próprias de Avaliação, contribuem para uma educação de qualidade e de compromisso na formação de cidadãos conscientes de seu potencial, visando à construção conjunta do conhecimento.

Maria Cristina Gubiani Aita

COMITÊ CIENTÍFICO DO EVENTO:

Claudete Rempel

Greice Scremin

Marion Creutzberg

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa

Silvana Aparecida Pin

Virgínia Dreux

SUMÁRIO

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFSC: UM RELATO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	7
Sandra Margarete Bastianello Scremin, Raphael Thiago Gerba, Lucas Bastianello Scremin, Eduardo Aquino Hubler	
AS LICENCIATURAS DO PARFOR/UNICRUZ E A ADEQUAÇÃO DE SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	16
Maria Christina Schettert Moraes, Maria Lourdes Backes Hartmann, Regina Brandão Drum, Marcia Cristina Gouveia Gomes	
AVALIAÇÃO DOCENTE NA UNIJUÍ	24
Cátia Maria Nehring, Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa, Patricia Spilimbergo, Eleandro Lizot	
A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NA UNIPAMPA: A INSTITUIÇÃO MULTICAMPI	33
Amélia Rota Borges de Bastos, Mônica de Souza Trevisan, Lisiane Inchauspe de Oliveira	
DESAFIOS À AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - COMO SENSIBILIZAR A COMUNIDADE ACADÊMICA E GARANTIR MAIOR PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS AVALIATIVOS?	40
Lisiane Inchauspe de Oliveira, Mênithen Ness Gouveia	
RELATÓRIO DO ENADE: DESAFIOS PARA AUTOAVALIAÇÃO DE UM CURSO DE GRADUAÇÃO	46
Mônica de Souza Trevisan, Mênithen Ness Gouveia, Amélia Rota Borges de Bastos	
POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: O ENADE SOB-HOLOFOTES NA GESTÃO DOS CURSOS SUPERIORES DA URI – CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN	55
Luana Novakowski, Silvia Regina Canan	
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DOCENTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO DA URI – CÂMPUS DE SANTIAGO	64
Maiara Oliveira Jantsch, Carla Fabiana Silveira Moro, Maria Saléti Reolon	

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFSC: UM RELATO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

Sandra Margarete Bastianello Scremin¹

Raphael Thiago Gerba²

Lucas Bastianello Scremin³

Eduardo Aquino Hubler⁴

Resumo: Neste trabalho tem-se por objetivo apresentar um relato do processo de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC utilizando-se dos relatórios e documentos divulgados pela Comissão Própria de Avaliação do IFSC. O IFSC é uma instituição de ensino com estrutura multicâmpus vinculada ao Ministério da Educação – MEC por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Oferta cursos desde formação inicial e continuada até mestrado profissional, utilizando-se das modalidades de ensino presencial e a distância e das políticas públicas para cumprir com sua finalidade de formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. Com o objetivo de atender ao previsto na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 o IFSC instituiu no ano de 2005 a sua Comissão Própria de Avaliação Institucional. No entanto, as atividades da referida CPA somente foram regulamentadas com a aprovação do seu Regimento Interno pela Resolução N° 26/2010 do Conselho Superior. A atuação da CPA, conforme determina seu regimento interno, se dá de forma autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFSC e, somente para fins de suporte administrativo está vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. O presente relato se divide em três partes: na primeira parte - a introdução, que apresenta a instituição e a comissão própria de avaliação. Na segunda, trata-se do relato do processo de avaliação institucional do IFSC e, na terceira parte, apresentam-se as considerações finais e propostas de melhorias ao processo.

Palavras-chave: Instituto Federal. Comissão Própria de Avaliação. Avaliação Institucional.

Abstract: This paper intends to present a narrative of the process from the Institutional Evaluation of the Federal Institute of Santa Catarina – IFSC, using reports and documents published by the IFSC’s Internal Committee of Institutional Assessment. The IFSC is an educational institution with a multi-campus structure under the Ministry of Education – MEC, through the Department of Professional and Technical Education – SETEC, with administrative, equity, financial, didactic-pedagogic and disciplinary autonomy.

1 Doutora, IFSC - Criciúma, sandra.scremin@ifsc.edu.br

2 Mestre, IFSC - Reitoria, raphael.gerba@ifsc.edu.br

3 Mestre, IFSC – Florianópolis, lucasbs@ifsc.edu.br

4 Mestre, IFSC – Itajaí, eduardo.hubler@ifsc.edu.br

Offering courses from young ages, continuing professional training, up to Master's Degrees, using the methods of classroom teaching and online courses, also, public policies to fulfill its purpose of training and qualifying professionals within the technology education at different levels and types of education, for the various sectors of the economy, as well as conduct applied research and promote technological development of new processes, products and services, in close relationship with the productive sectors and society, especially local and regional coverage, providing mechanisms for continuing education. Aiming to meet the established by the Law 10.861 of April 14, 2004, IFSC instituted in 2005 the Internal Committee of Institutional Assessment. However, the activities of said CPA were regulated only after the approval of its internal regulations by Resolution N° 26/2010 of the Supreme Council. The activities of the CPA as determined by its bylaws, occurs autonomously from other existing councils and collegiate bodies in IFSC, and only for purposes of administrative support, it is linked to the Dean of Institutional Development. This report is divided into three parts, the first part - the introduction, presents the institution itself and the evaluation committee. In the second, it is the story of the institutional evaluation process and the IFSC, the third part presents the conclusion and proposals for improvements to the process.

Keywords: Federal Institute. Internal Evaluation Commission. Institutional Assessment.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, criado pela Lei nº 11.192/2008, tem sua origem no ano de 1909, com a criação da então Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Ao longo de sua história, o IFSC recebeu várias denominações: Liceu Industrial de Florianópolis (1937), Escola Industrial de Florianópolis (1942), Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1965), Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1968) e Centro Federal de Educação Tecnológica (2002).

A Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, definiu que “os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino” (BRASIL, 2008), e em seu artigo 7º define como objetivos dos Institutos Federais:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008).

Desde sua origem no atendimento a sua missão de “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” o IFSC vem ampliando a oferta de cursos e vagas. Hoje, o IFSC tem 21 câmpus distribuídos pelo estado, como pode ser observado na figura 1, oferecendo cursos desde a formação inicial e continuada até o mestrado profissional e, por meio das políticas do governo federal (Proeja, Mulheres Mil, Pronatec, entre outros) tem conseguido atender as demandas crescentes do ensino, da pesquisa e da extensão.

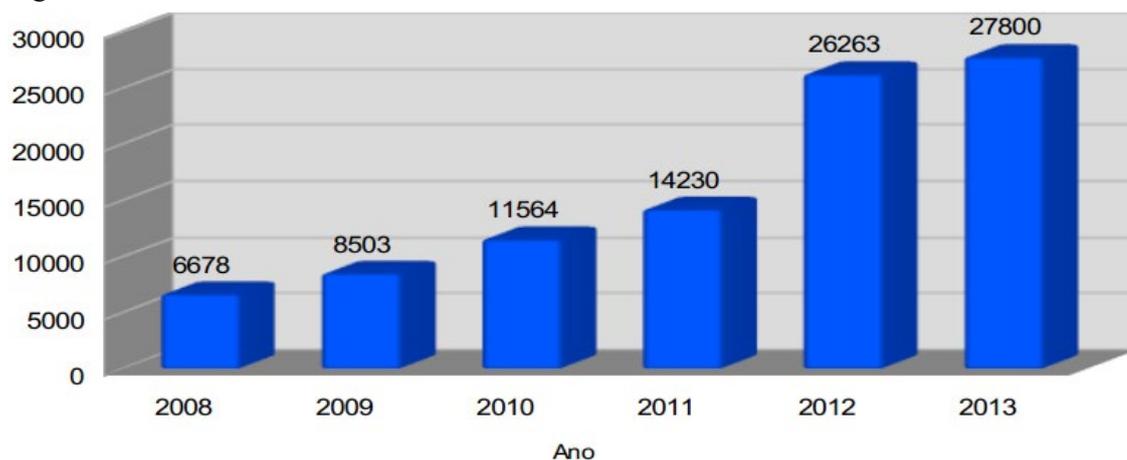
Figura 1: Distribuição dos câmpus do IFSC no estado



Ainda, conta com o Centro de Referência em Formação e EaD que tem por finalidade qualificar os servidores do IFSC para o exercício de suas atividades, os servidores da rede pública de ensino para atender as diretrizes estabelecidas em lei; contribuir com a ampliação e consolidação da oferta formativa dos câmpus do IFSC por meio da EaD e promover a reflexão sobre a construção da identidade e saberes docente do IFSC.

Na Figura 2, pode-se observar o aumento considerável no número de matrículas no período de 2008 a 2013 como consequência da expansão institucional.

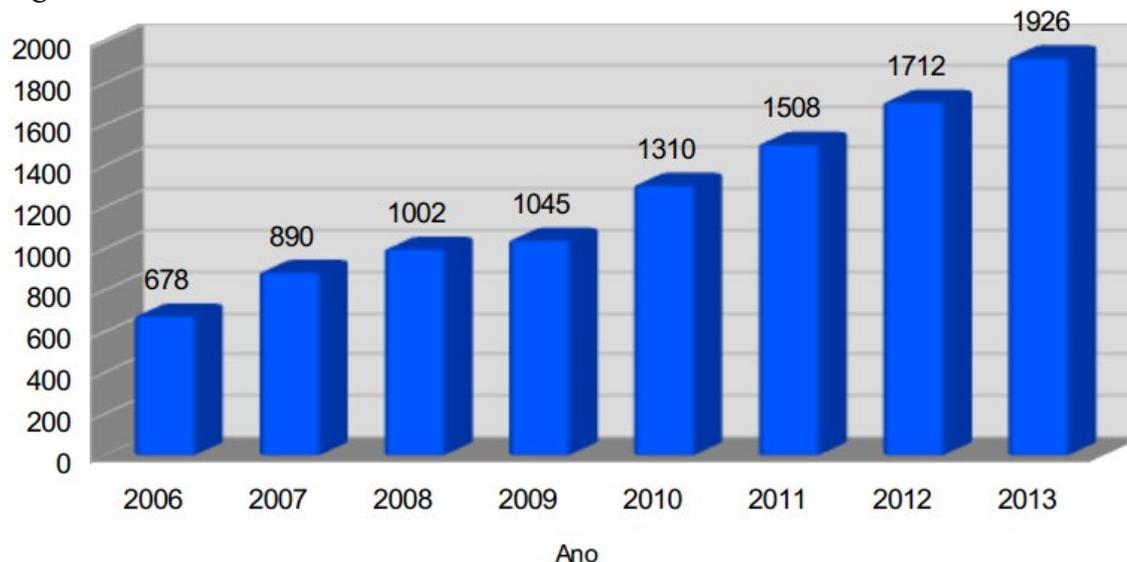
Figura 2: Número de matrículas 2008 a 2013



Fonte: Relatório da Prestação de Contas

Para atender a essa demanda decorrente da expansão foi necessário um incremento na força de trabalho, tanto para a atividade-fim, servidores docentes como para a atividade-meio, servidores técnico-administrativos, conforme mostra a Figura 3.

Figura 3: Número de servidores 2006 a 2013



Fonte: Relatório da Prestação de Contas

Dentro deste cenário de expansão e de atuação, com o objetivo de atender ao previsto na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria nº 2051 de 09/07/2004 do MEC, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, no ano de 2005 foi instituída a Comissão Própria de Avaliação - CPA do IFSC para conduzir, sistematizar e prestar informações ao INEP quanto aos processos de avaliação interna.

No entanto, suas atividades somente foram regulamentadas com a aprovação do seu Regulamento Interno pela Resolução N° 26/2010 do Conselho Superior do IFSC. Na referida resolução também fica determinado, que a atuação da CPA seja de forma autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFSC e, para fins de suporte administrativo, a mesma deve ser vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

A CPA Central do IFSC, conforme Art. 4º do seu regulamento interno, deve ser composta por representantes da comunidade interna (três docentes, três discentes, três técnicos administrativos

em educação e seus respectivos suplentes) que serão escolhidos por seus pares e, também, por um representante da sociedade civil e seu respectivo suplente, que será indicado pelo Conselho Superior.

Ainda, é previsto na referida resolução CPAs Locais, dos câmpus e da reitoria, com quatro representantes de cada câmpus (um docente, um discente, um técnico administrativo e um representante da sociedade civil e seus respectivos suplentes) e três representantes da Reitoria (um representante para o ensino, um representante para a pesquisa, extensão e comunicação e um representante para administração e desenvolvimento institucional e seus respectivos suplentes).

Aos integrantes da CPA é previsto, conforme regulamentação interna do IFSC, a alocação de horas semanais de trabalho e um mandato de dois anos, podendo haver uma recondução por igual período. A Comissão Central deverá reunir-se quinzenalmente, enquanto as Comissões Locais reunir-se-ão em seminário semestralmente.

Compete à CPA, de acordo com seu regulamento:

I - Elaborar e executar o projeto de autoavaliação do IF-SC;

II - conduzir o processo de autoavaliação da instituição e encaminhar parecer para as tomadas de decisões;

III - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do IFSC;

IV - acompanhar os processos de avaliação externa da instituição e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);

V - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do IF-SC, para o processo de avaliação institucional;

VI - fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação;

VII - disseminar, permanentemente, informações sobre avaliação;

VIII - avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição, para subsidiar os novos procedimentos;

IX - acompanhar, permanentemente, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o Plano Pedagógico Institucional - PPI;

X - articular-se com as CPAs de outras IES e com a CONAES;

XI - informar sobre suas atividades ao Conselho Superior, mediante relatórios, pareceres e recomendações.

Na sequência, descreve-se o processo de autoavaliação do IFSC a partir da instalação da CPA.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFSC

O SINAES é um sistema de avaliação global e integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, composto por três processos, a Avaliação das Instituições de Educação, a Avaliação dos Cursos de Graduação e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes, que embora diferenciados integram de forma articulada o mesmo sistema de avaliação.

Avaliação Institucional visa ao aperfeiçoamento dos integrantes da comunidade acadêmica e da Instituição como um todo e inclui duas etapas: a da Avaliação Interna ou Autoavaliação e a da Avaliação Externa.

A autoavaliação institucional do IFSC, conforme o art. 16 do regulamento interno da CPA é:

[...] uma atividade que se constitui em um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e as singularidades do IFSC.

Ainda, conforme previsto no art. 17 do referido regulamento, compete a CPA organizar “os procedimentos e instrumentos para a autoavaliação, em observância às dimensões propostas pelo SINAES e às singularidades do IFSC”, consideradas as diferentes dimensões institucionais:

I - a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - a organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios;

VII - a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação;

VIII - o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX - as políticas de atendimento aos estudantes;

X - a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades.

Assim, em atendimento a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria nº 2051 de 09/07/2004 do MEC e com base em seu regulamento interno aprovado pela Resolução 26/2010/CS, o processo de autoavaliação institucional no IFSC teve início a partir de 2005, com a instalação da primeira comissão própria de avaliação. Em 2006 aconteceu a primeira coleta de dados junto aos segmentos da comunidade acadêmica dos câmpus que ofertavam cursos superiores (na época, apenas os câmpus Florianópolis e São José). Nesta primeira avaliação os questionários eram impressos e a tabulação foi feita manualmente.

Em 2007, não foi realizada a autoavaliação institucional e, de 2008 a 2010 a avaliação ainda foi direcionada somente aos câmpus e segmentos envolvidos nos cursos superiores.

Com a regulamentação das atividades da CPA do IFSC pela Resolução N° 26/2010 do Conselho Superior, a mesma passa a atuar de forma autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes e, fica vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional somente para fins de suporte administrativo. Assim, a partir de 2011 toda a comunidade do IFSC, independente de Câmpus ou segmento representativo da comunidade acadêmica (docente, discente ou técnico-administrativo) passa a participar da avaliação institucional respondendo ao questionário disponível na internet.

Para a realização da Avaliação Institucional 2013, a CPA, em articulação com os Câmpus e a Reitoria, utilizou como mecanismo de coleta de dados um questionário *on line* para cada segmento (docente, técnico administrativo e discente). Os questionários estavam disponíveis na *internet* no *site* da CPA (www.ifsc.edu.br/cpa) e a sensibilização para resposta foi realizada por multiplicadores indicados pelos diretores dos Câmpus. Na Reitoria e nos Câmpus que possuem representantes na CPA, os multiplicadores foram os próprios membros da CPA.

Na maioria dos Câmpus, os alunos, por turma, foram conduzidos aos laboratórios de informática para responderem ao questionário; enquanto os servidores, docentes e técnico-administrativos puderam responder ao questionário de qualquer computador com acesso a *internet*.

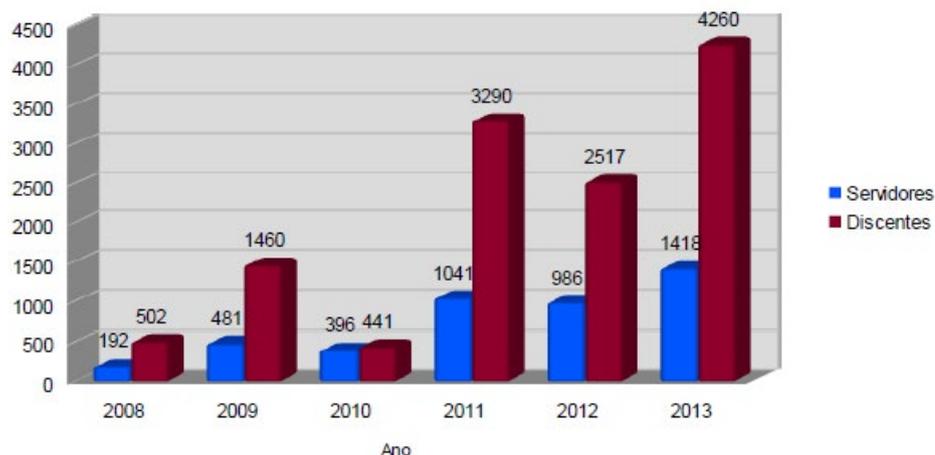
Além das ações de sensibilização locais, a CPA contou com o apoio da Diretoria de Comunicação que promoveu a divulgação e a conscientização sobre a avaliação 2013, com chamadas no *site* do instituto, na página específica da CPA e também por meio do envio de *e-mails* para os servidores. Outra estratégia de sensibilização utilizada pela Comissão foi a utilização do *Facebook* Institucional.

Após a coleta dos dados, realizada entre 04 e 18 de novembro de 2013, os mesmos foram compilados e analisados considerando comparativo entre os três segmentos participantes em cada questão e dimensão estabelecida.

Em relação aos procedimentos de coleta e análise dos dados, importante se faz registrar que mesmo partindo de uma coleta de dados quantitativos a análise segue os pressupostos da pesquisa qualitativa com enfoque interpretativo, ou seja, buscando interpretar a complexidade da realidade na qual os fatos se produzem.

De forma geral, a participação da comunidade acadêmica tem aumentado a cada edição da avaliação como pode ser visualizado na Figura 4, o que demonstra que o trabalho de sensibilização por parte da CPA tem sido positivo.

Figura 4: Participação da comunidade acadêmica do IFSC na autoavaliação de 2008 a 2013



Na Tabela 1 pode ser visualizada a contribuição de cada segmento, por câmpus/reitoria, na composição dos resultados do processo de autoavaliação institucional 2013.

CÂMPUS	% DE RESPONDENTES		
	DISCENTES	DOCENTES	TAES
ARARANGUÁ	37,8	100,0	82,4
CAÇADOR	68,8	100,0	81,8
CANOINHAS	24,7	82,8	100,0
CHAPECÓ	24,8	78,2	57,6
CRICIÚMA	65,9	100,0	100,0
FLORIANÓPOLIS	20,6	73,5	51,1
FLORIANÓPOLIS-CONTINENTE	9,9	67,3	59,5
GAROPABA	18,2	100,0	100,0
GASPAR	63,3	100,0	100,0
ITAJAÍ	71,6	100,0	95,5
JARAGUÁ DO SUL	41,5	71,2	83,8
JARAGUÁ DO SUL – GW	34,9	100,0	100,0

CÂMPUS	% DE RESPONDENTES		
	DISCENTES	DOCENTES	TAES
JOINVILLE	31,6	83,3	61,9
LAGES	19,8	100,0	83,3
PALHOÇA BILINGUE	71,2	100,0	144,4
SÃO CARLOS	0,0	100,0	100,0
SÃO JOSÉ	54,6	80,6	71,0
SÃO MIGUEL DO OESTE	81,3	100,0	100,0
TUBARÃO	0,0	100,0	100,0
URUPEMA	65,2	100,0	100,0
XANXERÊ	55,6	100,0	100,0
EAD	3,0	0,0	0,0
REITORIA *	0,0	28,6	58,1
TOTAL	27,9	84,5	72,9

Os conceitos estabelecidos para a aplicação do questionário e que serviram de base para a avaliação foram:

- **Ótimo:** Situação merecedora de notoriedade, distinção e excelência;
- **Bom:** Situação merecedora de destaque, reconhecimento e importância, porém não de notoriedade e excelência;
- **Regular:** Situação intermediária, neutra ou indiferente;
- **Ruim:** Situação que exige atenção quanto à qualidade.
- **Péssimo:** Situação que compromete a qualidade e exige medidas corretivas urgentes;
- **Inexistente/Não se Aplica:** Situação que não ocorra no Câmpus, unidade e/ou Reitoria ou que não esteja implementada e em funcionamento;
- **Não sei/Não conheço:** Situação em que o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

E, para a análise dos resultados foram adotados os seguintes critérios, com base nos conceitos acima definidos:

- Quando a soma de RUIM, PÉSSIMO ou NÃO SEI/NÃO CONHEÇO for maior ou igual a 10%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas, em caráter de urgência.
- O conceito REGULAR indica uma posição de neutralidade do respondente, contudo para fins de análise, entende-se como aquele quesito que **não** conseguiu atingir, no mínimo, uma avaliação do tipo BOM, considerando-se como um viés **negativo**.
- Quando a soma de ÓTIMO e BOM for maior ou igual a 75%, considera-se que o quesito atende os requisitos mínimos de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação é a etapa da avaliação institucional que permite a instituição participar de um processo contínuo de construção de conhecimento sobre sua própria realidade, ou seja, é a avaliação da instituição por ela mesma. No IFSC, pode-se perceber pelos registros existentes que houve melhoria nos procedimentos de autoavaliação, desde a implantação da CPA, na busca de compreender o significado de suas atividades representadas pelo conjunto de suas dimensões, ou seja, compreender para melhor cumprir com sua missão.

No entanto, acredita-se que é preciso um maior investimento em capacitação de pessoal e disponibilidade de tempo para os membros da CPA a fim de melhor explorar e extrair conhecimento das informações oriundas dos dados coletados para que o processo de autoavaliação contribua cada vez mais com o desenvolvimento institucional.

Também, pode-se perceber que o IFSC, apesar do esforço na busca do atendimento à legislação, ainda não possui a estrutura de pessoal exigida para o bom funcionamento da CPA, ou seja, ainda não

foram instituídas as comissões locais de avaliação, e o processo se dá apenas com a ajuda de colaboradores dos câmpus e da reitoria.

A partir dessas constatações, entende-se que há necessidade urgente de instituir as CPAs locais, considerando, principalmente, o número de câmpus e a complexidade do processo e, a partir dessa nova configuração, sugere-se uma revisão na metodologia adotada, desde a etapa de sensibilização, passando pela coleta, análise e, principalmente, na divulgação dos resultados com o objetivo de potencializar o processo de avaliação do IFSC.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004. **SINAES**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

_____. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, instituído na lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 12 jul. 2004. Seção 1.

_____. Lei nº 11.899 de 29 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2014.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Relatório de Avaliação Institucional 2013**. Disponível em <<http://www.ifsc.edu.br/cpa>>. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Regulamento Interno da CPA**. Disponível em <<http://www.ifsc.edu.br/cpa>>. Acesso em 25 de agosto de 2014.

AS LICENCIATURAS DO PARFOR/UNICRUZ E A ADEQUAÇÃO DE SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Maria Christina Schettert Moraes¹

Maria Lourdes Backes Hartmann²

Regina Brandão Drum³

Marcia Cristina Gouveia Gomes⁴

Resumo: Com o objetivo de identificar aspectos que envolvem a qualidade e a adequação da formação acadêmica dos cursos de licenciatura (PARFOR) da Unicruz, foi organizado e aplicado um questionário para ouvir a opinião dos acadêmicos sobre alguns aspectos da instituição e do curso. Participaram da pesquisa 50 acadêmicos, sendo 28 do curso de Pedagogia, 17 do curso de Ciência Biológicas e cinco do curso de Letras Português/Espanhol. Serviu de parâmetro para a (re)organização do ano acadêmico, por coordenadores e professores, das licenciaturas que realizaram o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE no ano de 2013. Buscou-se fazer um comparativo e identificar características comuns aos estudantes dos referidos Cursos, além de levantar informações relevantes que contribuam para a qualificação dos cursos e da instituição. É necessário (re)conhecer que os acadêmicos dos cursos de licenciatura têm diferentes visões de mundo e formas de aprendizagem diferenciadas que, quando identificadas, contribuem para a construção autônoma do conhecimento. A pesquisa resultou em um processo rico em informações sobre vivências e anseios dos discentes, o que favorece a construção da excelência da qualidade dos cursos de licenciatura. Conclui-se que os acadêmicos encontram-se satisfeitos com os cursos que estão realizando, e percebem a importância da qualificação para o aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas.

Palavras-chaves: Autoavaliação. Formação Pedagógica. Prática Docente.

AS THE UNDERGRADUATE PARFOR / UNICRUZ AND THE SUITABILITY OF HIS EDUCATION

Abstract: With the aim of identifying aspects that involve the quality and appropriateness of the academic training of undergraduate courses (PARFOR) of Unicruz was organized and applied a questionnaire to collect the opinion of scholars on some aspects of the institution and the course. 50 students participated in the survey, with 28 Pedagogy Course, 17 Course of Biological Science and Letters course of five Portuguese / Spanish. Served as a parameter for the (re) organization of the academic year, coordinators and teachers of undergraduate who underwent ENADE in the year 2013 objective was to provide a comparative and identifying common to students of these courses features, besides raising relevant

1 Mestre em Educação. Integrante do Corpo Docente da Unicruz. Coordenadora da Comissão Própria de avaliação – CPA/Unicruz. mmoraes@unicruz.edu.br

2 Mestre em Educação. Integrante do Corpo Docente da Unicruz. Coordenadora do PARFOR. Diretora do Centro de Ciências Humanas e Sociais. mhartmann@unicruz.edu.br

3 Bel. Em Administração. Secretária da Comissão Própria de Avaliação – CPA/Unicruz. rdrum@unicruz.edu.br

4 Especialização em Psicopedagogia. Integrante do Corpo Funcional da Unicruz. mrodrigues@unicruz.edu.br

information that contribute to the qualification of the courses and the institution. You need to (re) learn that the academic degree courses have different world views and different ways of learning, that when identified contribute to the autonomous construction of knowledge. The research resulted in a wealth of information on experiences and aspirations of students, which favors the construction of excellence in the quality of undergraduate programs process. We conclude that scholars are satisfied with the courses they are doing and realize the importance of qualifications to improve their teaching practices.

Keywords: Self-assessment. Pedagogical Training. Teaching Practice.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou fazer um comparativo dos Cursos de Licenciatura integrantes do Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR), que participaram do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), no ano de 2013. Para o comparativo, foi realizado um estudo com os cursos de Ciências Biológicas, Letras Português/Espanhol Pedagogia da Universidade de Cruz Alta. A pesquisa analisou a opinião de discentes com o auxílio da aplicação de um questionário, buscando informações referentes aos cursos de licenciatura e a Instituição para melhorar a qualidade e a adequação da formação acadêmica. A lei nº10. 861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES prevê o ENADE, que avalia o desempenho dos alunos de graduação em relação aos conteúdos programáticos constantes nas diretrizes dos cursos, as habilidades para que possam acompanhar a evolução do conhecimento e as competências necessárias para compreenderem os mais variados temas da atualidade, fora do âmbito de sua profissão. É obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A sua aplicação é anual e ocorre por área de conhecimento, que representa um conjunto de cursos de diferentes modalidades, tendo também como finalidade:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

Outra finalidade é o credenciamento e credenciamento dos cursos das instituições de ensino superior. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) sistematiza a avaliação da instituição, do curso e dos alunos. A avaliação institucional ocorre por meio da autoavaliação e da avaliação externa, já a avaliação dos cursos tem como finalidade identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica, e os alunos são avaliados por meio do ENADE.

A Instituição do SINAES e o conseqüente processo de autoavaliação coincidem com o pedido de credenciamento dos cursos. Tal realidade reforça a exigência dos cursos de passarem por um processo de avaliação. A atividade de autoavaliação permite que a comunidade acadêmica se manifeste demonstrando suas percepções, sugestões, críticas que contribuam para aprimorar e qualificar o ensino. Nesse sentido, acredita-se que a sistemática de avaliação interna dos cursos deve ser entendida como um processo que propicie e disponibilize informações para melhorar a qualidade institucional, o desempenho acadêmico, à infraestrutura, à qualificação do corpo docente e todos os processos pedagógicos por meio do *feedback*.

A Unicruz está ciente de que a autoavaliação é um processo contínuo que requer planejamento e serve de instrumento de gestão.

O compromisso essencial de uma instituição de educação superior sempre foi o de difundir, aprofundar e produzir conhecimentos e cultura. Além disso, a IES também é responsável pela formação de profissionais e de cidadãos. Para garantir a eficácia desses compromissos, ela deve conhecer-se. Portanto, deve rever e avaliar, contínua e sistematicamente, os meios que utiliza para tal, ou seja, a qualidade de suas funções (ensino, pesquisa e extensão) (PASQUALOTTI et al. 2005, p. 21/22).

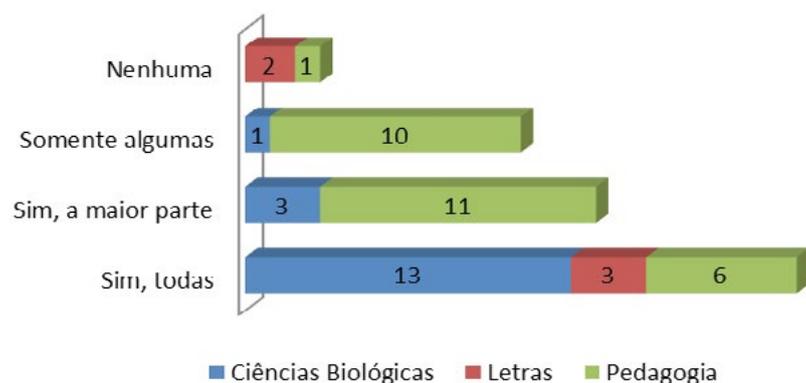
Assim, a avaliação só faz sentido na sua condição pedagógica de analisar as condições existentes para apontar caminhos na busca do alcance das metas estabelecidas, para melhorar a qualificação de seus processos. Com esse pensamento buscou-se fazer um reconhecimento das condições oferecidas aos acadêmicos dos cursos de Licenciatura - PARFOR com o propósito de identificar aspectos que envolvem a qualidade e a adequação da formação acadêmica procurando melhorar o ensino e proporcionando melhores condições para a aprendizagem, oferecendo qualidade no ensino para uma formação de excelência.

Foi organizado e aplicado um questionário aos acadêmicos dos cursos de licenciatura ofertados pelo convênio com a CAPES, denominado PARFOR, visando a conhecer suas opiniões sobre a adequação dos cursos que frequentam. Participaram da pesquisa, de forma espontânea 50 acadêmicos, sendo 28 do curso de Pedagogia, 17 do curso de Ciência Biológicas e cinco do curso de Letras Português/Espanhol.

RESULTADOS DA PESQUISA

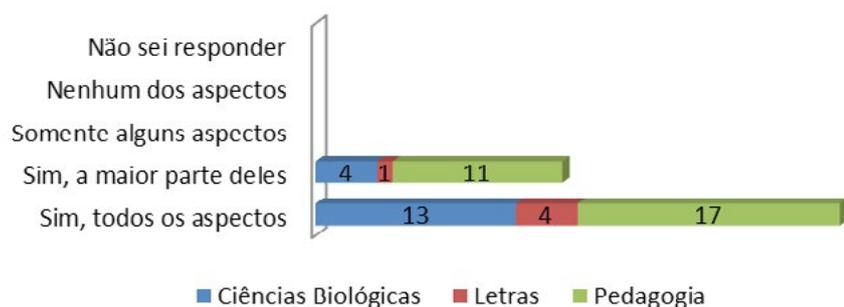
Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados gerando os gráficos abaixo apresentados para que se pudesse analisar as opiniões dos acadêmicos.

Condições das instalações físicas e ambiente de trabalho



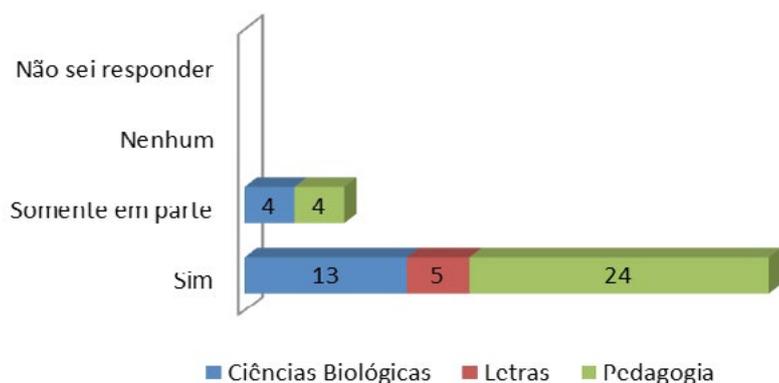
Pode-se perceber que a maioria dos participantes da pesquisa encontram-se satisfeitos com as condições das instalações físicas e com o ambiente de trabalho nos cursos. Os acadêmicos do curso de Letras reclamam do acesso à biblioteca, pois as aulas ocorrem na UNICRUZ centro. Mas, mesmo assim, os alunos preferem ficar no prédio da cidade, pois vêm de diversas cidades da região e nem sempre é fácil o acesso ao campus, principalmente nos fins de semana.

Planos de ensino contemplam: objetivos, metodologia, avaliação, conteúdos e referências



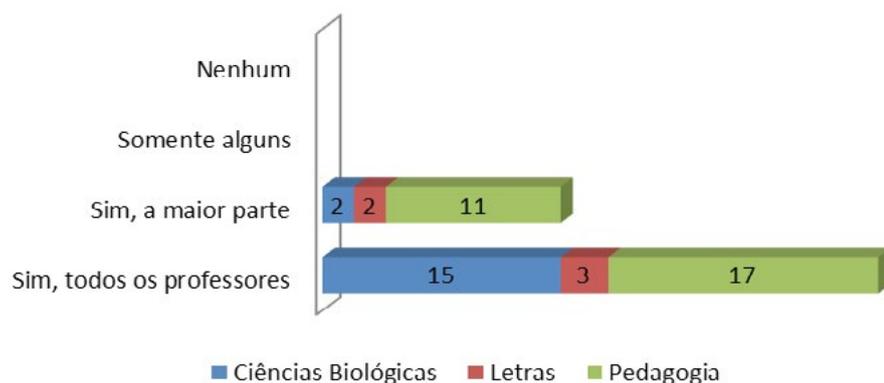
Quando questionados sobre a presença dos aspectos essenciais de um plano de ensino, nota-se que existe adequação nos mesmos, os alunos conseguem visualizar os objetivos das disciplinas, as metodologias previstas para seu desenvolvimento, a forma de avaliação que será adotada, os conteúdos que serão trabalhados e, principalmente, que referências devem consultar para obterem sucesso nas mesmas.

Conteúdos trabalhados coerentes com os planos de ensino



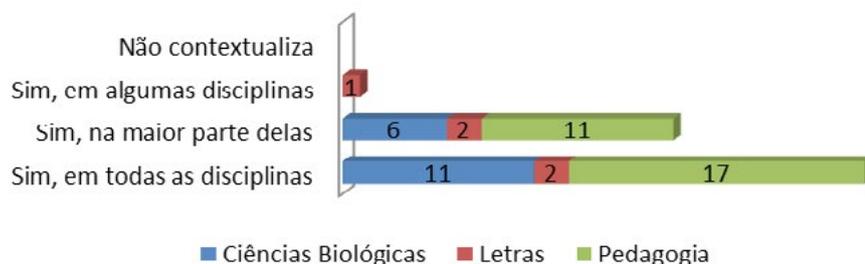
Existe coerência entre os conteúdos desenvolvidos ao longo do semestre e os conteúdos propostos nos planos de ensino. É oportuno destacar que adequações sempre são necessárias para atender as necessidades dos educandos, favorecendo assim o processo de ensino-aprendizagem.

Solicitação de atividades de pesquisa nas disciplinas



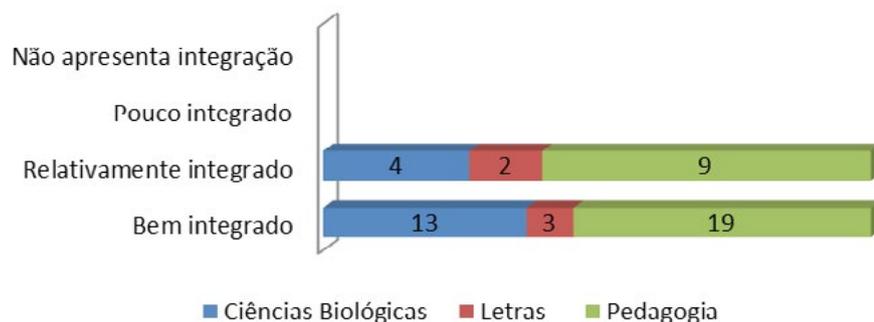
Sabendo da importância da pesquisa na formação acadêmica, os cursos solicitam que seus acadêmicos desenvolvam propostas de pesquisa durante sua formação. O que não é muito fácil, pois os mesmos desenvolvem atividades profissionais em escolas da educação básica da região, não sendo prática corrente o (re)pensar de suas práticas.

Contextualização entre o conhecimento da área com temas gerais e situações do cotidiano nos cursos



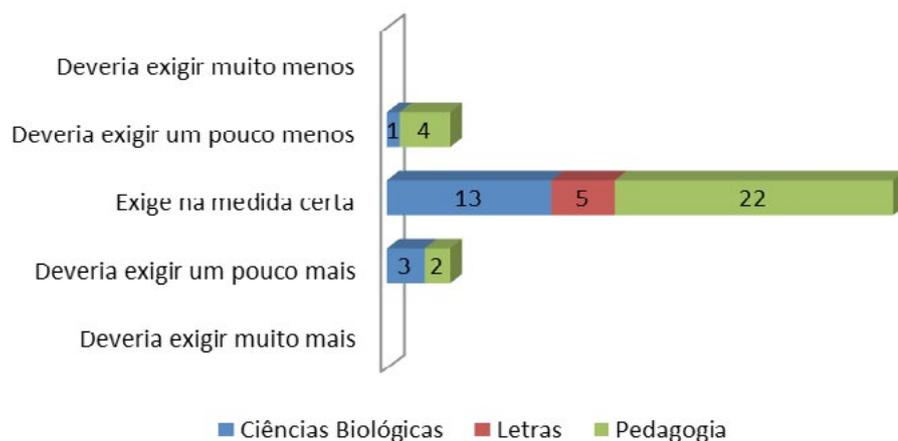
Os acadêmicos percebem o trabalho dos professores ao buscarem contextualizar os conteúdos específicos de suas áreas de conhecimento com temas gerais e situações cotidianas.

Integração entre os conteúdos das disciplinas e o currículo dos cursos



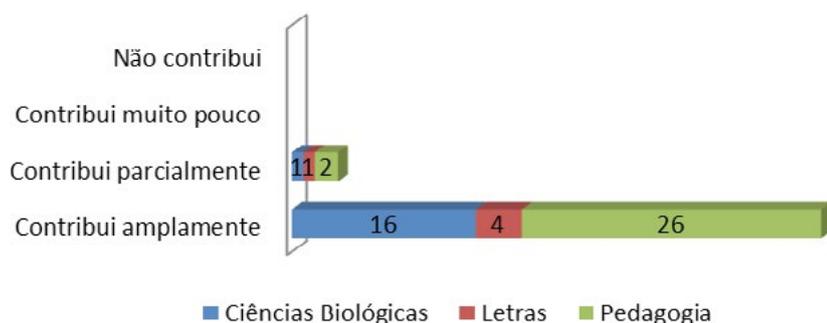
A integração necessária entre os conteúdos das diversas disciplinas constituintes da grade curricular dos cursos e o currículo oficial se faz presente durante a formação acadêmica e é percebido com clareza pelos participantes da pesquisa.

Nível de exigência do curso



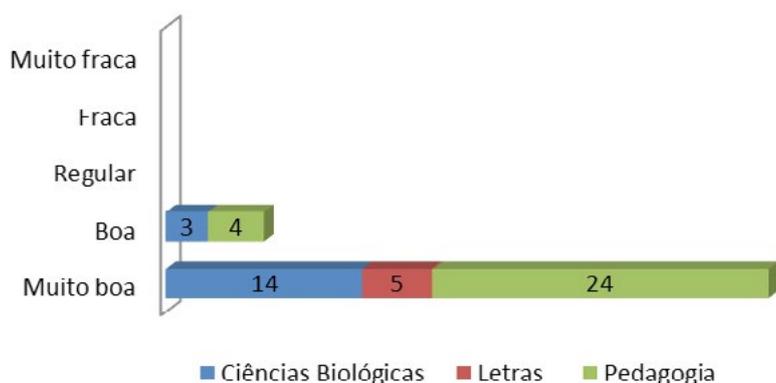
A maioria dos estudantes reconhecem que as exigências dos professores durante sua vida acadêmica se dá na medida certa, o que garante uma formação de qualidade.

Contribuição do curso para o exercício profissional



O curso é reconhecido como fator de contribuição para o exercício profissional. Como os acadêmicos já trabalham na educação básica, a formação em nível superior na sua área de atuação é um espaço para discussão de práticas pedagógicas, além de enriquecimento da formação específica nas diversas áreas de conhecimento.

Contribuição do curso para a formação geral dos acadêmicos



Além, dos aspectos acima mencionados é importante também destacar a contribuição dos cursos para a formação geral dos acadêmicos, que reconhecem a existência de momentos de convivência e trocas de experiências como fatores de crescimento pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber a satisfação dos acadêmicos por estarem inseridos no ensino superior, garantindo sua formação enquanto profissional da educação básica, como estabelece o Decreto 6.755/2009 (BRASIL, 2009) da formação de professores da educação básica. Apontam aspectos importantes para qualificar seus cursos, como a necessidade do (re)pensar na e sobre a prática pedagógica. Destacam a importância da pesquisa na construção autônoma do conhecimento enquanto processo de formação do professor investigador, sujeito do seu processo e da sua formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei nº 10.861/2004** : Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília-DF, 2004.

_____. **Decreto lei nº 6.755 de 29 de agosto de 2009** : Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e dá outras providências.

PASQUALOTTI, Adriano et al.(Orgs.). **Auto-avaliar: conhecer para qualificar**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005 (Série Avaliação institucional).

AVALIAÇÃO DOCENTE NA UNIJUÍ

Cátia Maria Nehring¹

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa²

Patricia Spilimbergo³

Eleandro Lizot⁴

Resumo. O Programa de Avaliação Docente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ representa uma estratégia de marca da excelência nos processos de ensino e de aprendizagem em todos os programas acadêmicos da instituição. Este Programa considera a Lei nº 9.394 – LDB, de 20 de dezembro de 1996; o Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES; e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNIJUÍ e é constituído a partir de três subprogramas: avaliação pelos alunos, autoavaliação docente e avaliação pelos pares. Estes subprogramas envolvem acadêmicos, docentes e gestores, possibilitando diferentes olhares sobre o fazer acadêmico nesta instituição. Assim, este relato de experiência objetiva apresentar aspectos do processo e dos resultados do Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ, desenvolvido no período de 2012/2013, visando a evidenciar a importância da articulação entre avaliação e o planejamento para a busca constante pela excelência na universidade, em uma perspectiva de análise do processo.

Palavras-Chave: Avaliação. Docente. Planejamento. Resultado. Ensino Superior.

DOCENT EVALUATION AT UNIJUÍ

Abstract. The Docent Evaluation Program of the Northwestern Regional University of Rio Grande do Sul – UNIJUÍ represents a brand strategy of excellence in teaching and learning processes in all its institutional academic programs. This program considers law No. 9394 LDB (Law of Basic Directives) of December 20, 1996 as well as National System of Higher Education (SINAES) and the Institutional Development Plan of UNIJUÍ (PDI). The Program consists of three junior programs: evaluation by students; self-evaluation of docents and evaluation by peers. These junior programs comprise students, docents and managers. This allows different views on academic activities of this institution. This experience report aims to present aspects of the process and the results of the Docent Evaluation Program of UNIJUÍ as managed in 2012 and 2013 trying to evidence the importance of the articulation between evaluation and planning with view on the constant search for excellence at the university, in a perspective of process analysis.

Keywords: Evaluation. Docent. Planning. Result. Higher Education.

1 Doutora em Educação. Professora do DCEEng. do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências e Vice-Reitora de Graduação. catia@unijui.edu.br

2 Mestre em Educação nas Ciências. Coordenadora da CPA/UNIJUÍ. magna@unijui.edu.br

3 Mestre em Matemática. Professora do DCEEng/UNIJUÍ e integrante da CPA/UNIJUÍ. patspi@unijui.edu.br

4 Especialista em Interdisciplinaridade. Secretário Municipal de Educação de Ijuí e integrante da CPA/UNIJUÍ. smed@ijui.rs.gov.br

INTRODUÇÃO

Considerando a perspectiva plural da universidade, a trajetória histórica da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e a Lei que estabelece o Sistema Nacional de Educação Superior - SINAES (2004), a “avaliação institucional” torna-se fundamental para a compreensão dessa pluralidade, bem como para o planejamento e a gestão institucional. O processo de avaliação possibilita constantemente reavaliar o papel da universidade, bem como seus processos acadêmicos e administrativos. Repensar este processo encontra no diálogo plural, instaurado por debates, a condição de sua realização e a possibilidade efetiva de replanejamento.

Nesse contexto, conforme estabelecem as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior (2004), o SINAES está ancorado em uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma e do conjunto das instituições educacionais. Por sua característica global, abrangência nacional e seu objetivo de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, o SINAES recupera as finalidades essenciais da avaliação, ultrapassando, por exemplo, a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação acadêmica profissional (Brasil, 2004).

Assim, levando em conta as políticas públicas de educação superior e a prática de avaliação historicamente realizada, a UNIJUÍ, em 2012, institucionalizou o Programa de Avaliação Docente, que se constitui em três momentos: a avaliação pelos alunos, a autoavaliação docente e a avaliação pelos pares, possibilitando diferentes olhares para o que de fato a Universidade faz, ou seja, a formação acadêmica profissional. Este programa é coordenado pela Vice-Reitoria de Graduação – VRG que, a partir de 2014, passou a atuar conjuntamente com a Comissão Própria de Avaliação – CPA (CPA, 2013/2014).

O Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ foi elaborado por um grupo de professores das diferentes áreas do conhecimento, nomeados pela Reitoria (Portaria nº 35/2011), e discutido nos colegiados da Instituição.

Constituem-se objetivos do programa:

- a) definir o processo de avaliação docente da UNIJUÍ, visando à promoção do desenvolvimento institucional, à política de gestão de pessoas e à qualidade da atuação no processo de ensino e aprendizagem e nas relações com o corpo discente e a comunidade;
- b) identificar aspectos de natureza interpessoal, organizacional, ambiental, dentre outras condições de trabalho que facilitam ou dificultam o desempenho docente;
- c) gerar indicadores sobre competências, reconhecidas como conhecimento constituído, habilidades e atitudes, para formulação de políticas de gestão de pessoas que oportunizam o crescimento profissional, a formação continuada e/ou aperfeiçoamento, a afirmação social dos docentes, bem como possibilitam o alcance das metas e objetivos institucionais.

Enfatiza-se que este programa está embasado em legislações externas e internas (nº 9.394/96 – LDB; Lei nº 10.861/2004 o SINAES; e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNIJUÍ) e tem as diretrizes institucionais de ensino como norteadoras de sua ação, especialmente no que se refere à avaliação como processo de qualificação da atuação universitária e a busca da excelência acadêmica nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

No Programa de Avaliação Docente cabe à CPA proceder à análise dos dados institucionais com o objetivo de contribuir no planejamento institucional, dos departamentos, dos cursos e das coordenadorias. Além disso, a CPA, de posse dos pareceres dos Núcleos Docente Estruturante – NDEs de cada curso,

sistematiza as potencialidades, fragilidades e perspectivas do programa e encaminha aos gestores acadêmicos para as providências necessárias.

Assim, este relato de experiência apresenta aspectos do processo e dos resultados do Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ, desenvolvido no período de 2012/2013, com o objetivo de evidenciar a importância da articulação entre a avaliação e o planejamento como uma ferramenta de gestão aos cursos, aos departamentos e à Instituição.

METODOLOGIA

Cada subprograma do Programa de Avaliação Docente conta com sujeitos; instrumento de pesquisa; período de aplicação e de análise diferenciados conforme seu objetivo.

A autoavaliação, realizada anualmente pelos professores, utiliza-se de três instrumentos: uma autorreflexão sobre o fazer do professor, a ficha AD (Ficha de Atividade Docente), que registra todas as atividades realizadas pelo professor no ano e o Currículo *Lattes*, que registra as publicações, orientações e participação em eventos dos professores. A partir destes três instrumentos é organizado um relatório denominado autoavaliação docente, o qual gera três relatórios a partir da visão: institucional, departamental e de curso.

A avaliação pelo discente é realizada a partir das disciplinas ministradas pelo docente, considerando cada curso, a partir de um instrumento específico, por meio do Portal do Aluno, a cada semestre. Tem por objetivo colher as percepções dos acadêmicos em relação às disciplinas, sua função na formação acadêmico profissional; relação com a pesquisa e extensão; questões metodológicas; bibliográficas e de procedimentos do professor no fazer do ensino. Este instrumento é anônimo e organizado na forma de um banco de dados, que permite um relatório individual do professor a partir da disciplina ministrada, do curso considerando as disciplinas ofertadas, do departamento, considerando os cursos alocados ao mesmo e da instituição, considerando a visão departamental.

Os relatórios da autoavaliação e da avaliação discente são analisados pelos pares, considerando o parecer do Núcleo Docente Estruturante de cada curso. Este parecer é encaminhado ao Colegiado de Curso e discutido na Mesa Departamental, que constitui o grupo de gestão acadêmica do departamento (Chefe de Departamento, Coordenadores de Curso, Coordenadores de Pesquisa e Coordenadores de Extensão), bem como para a VRG e a CPA. É a partir da mesa do departamento que os encaminhamentos necessários são feitos em consonância com o PDI e o Planejamento de cada departamento.

Todos os instrumentos de coleta de dados e os relatórios para análise das instâncias colegiadas são disponibilizados no Sistema de Informação para o Ensino – SIE da UNIJUÍ, criando um banco de dados que pode ser acompanhado e monitorado pelos gestores acadêmicos e CPA.

REFERENCIAL TEÓRICO

A legislação que estabelece as políticas públicas de avaliação da educação superior, os debates provocados por Sobrinho (2004) e Leite (1996), dentre outros autores, sustentam a base teórica das reflexões sobre o Programa de Avaliação Docente, objeto de análise neste relato de experiência.

Neste contexto, enfatiza-se na proposição dos SINAES que

[...] a autoavaliação tem como eixo central dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais: Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise

valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização (BRASIL/MEC, 2004).

Leite (1996, p. 40), na sua visão, concebe “a avaliação no seu todo, como um organizador forte, quando legitimado pela comunidade, traz por dentro do processo o fenômeno do repensar-se, não frente ao Estado Avaliativo, mas frente à sociedade com a qual a comunidade acadêmica precisa estar sempre comprometida” uma das concepções recorrentes desde a origem desta Instituição.

A concepção de Sobrinho (2004, p. 115)

[...] tendo como foco a formação em termos da participação crítica e criativa do indivíduo na vida social, o SINAES põe em questão a responsabilidade social da IES. Prioriza, portanto, os processos centrados na análise e no julgamento dos significados e ações e atividades acadêmicas e institucionais relativamente ao desenvolvimento do conhecimento, da cidadania e, assim, da sociedade.

São princípios que orientam os processos avaliativos desta Universidade e objetivam orientar de fato o planejamento. Nesta perspectiva, planejamento, execução dos processos e avaliação são processos dinâmicos e que se complementam.

Outra assertiva de Sobrinho (2004, p. 115) é de que a avaliação carrega um sentido político e, portanto, a ética é uma exigência que sustenta as concepções de avaliação na UNIJUÍ. Segundo este autor,

A avaliação é uma prática social que responde à exigência de melhorar e aumentar qualidade do serviço educacional, promover a eficácia institucional e elevar a efetividade acadêmica e social, tendo como referência as necessidades da população. Então, implementar a cultura de uma avaliação participativa e democrática é também uma exigência ética.

Esta perspectiva exige implicação, tomada de decisão, planejamento do que efetivamente é o fazer de uma instituição de ensino superior.

Reitera-se que a UNIJUÍ embasa a sua proposta de avaliação em sua história referenciada pela legislação interna e externa no contexto das políticas públicas de educação superior e autores que discutem o tema “avaliação”, dentre eles os referenciados neste relato de experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A autoavaliação docente no ano de 2012 contou com a participação de 83% dos docentes na pesquisa, o que foi considerado positivo, embora a meta institucional seja atingir 100% de participação.

Como resultado da reflexão dos docentes, percebeu-se que houve um repensar de sua atuação nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando inquietações, como:

- as publicações acadêmicas precisam gerar impactos na graduação e na comunidade acadêmica interna e externamente?
- na graduação o perfil do egresso precisa garantir profissionais com diferencial no mercado?
- o ensino precisa ser valorizado para além da sala de aula?
- a prática interdisciplinar é necessária para excelência do curso?
- a apropriação do PPC do curso pelos docentes é uma necessidade para qualificação e socialização aos

discentes?

- há necessidade de instituir política institucional para incrementar a produção científica na universidade?

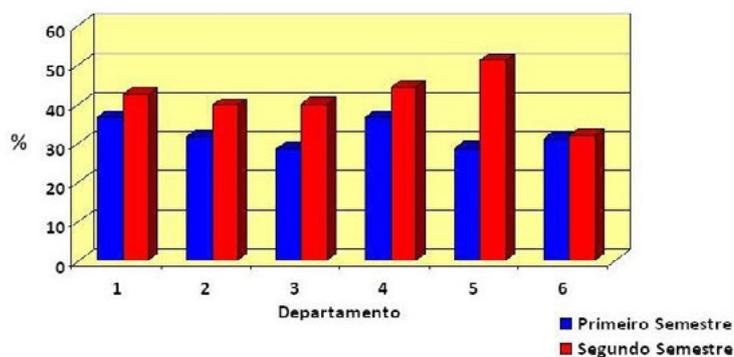
Ressalta-se que estas questões permearam o debate e encaminhamentos do Programa de Qualificação dos Gestores Acadêmicos, coordenado pela VRG e pela CPA e realizado entre os meses de agosto de 2013 a abril de 2014. O programa foi desenvolvido em seis módulos e teve como objetivo proporcionar o debate sobre diferentes temas que envolvem a ação do coordenador de curso, bem como definir indicadores, diretrizes e procedimentos para a gestão acadêmica no âmbito das coordenações de curso.

Para concluir este trabalho e buscar ações institucionais para a qualificação dos processos acadêmicos e administrativos, todos os aspectos críticos apontados na autoavaliação e no Programa de Qualificação dos Gestores Acadêmicos, estão sendo aprofundados no Fórum de Coordenadores com vistas a construir alternativas e propor encaminhamentos necessários ao fazer da instituição.

É importante ressaltar que, embora ainda existam inquietações ao Programa de Avaliação Docente, os pareceres dos NDEs apontam para a compreensão de que a autoavaliação docente constitui-se em espaço de reflexão e um importante instrumento orientador do planejamento. Sendo assim, entende-se que a autoavaliação é um elemento essencial na gestão da universidade, tanto acadêmica quanto administrativa e política.

Com relação à **avaliação da ação docente pelos discentes**, no 1º semestre 2013, na modalidade presencial, responderam ao questionário 32,24% dos acadêmicos e, na modalidade EaD, 31,46%. No 2º semestre, na modalidade presencial, 40,13%, e na EaD, 32,60%. As Figuras 1 e 2 expressam o percentual de participantes do processo de avaliação de disciplinas no 1º e 2º semestres de 2013, por departamento.

Figura 1 Percentual de acadêmicos respondente à avaliação na modalidade Presencial.



1) DACEC - Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação

2) DCEEng - Departamento de Ciências Exatas e Engenharias

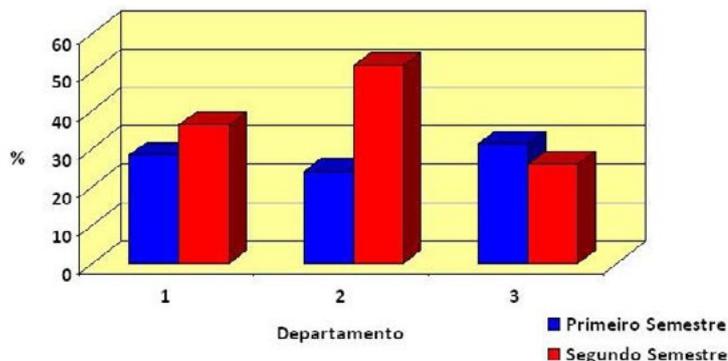
3) DCJS - Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais

4) DCVida - Departamento de Ciências da Vida

5) DEAg - Departamento de Estudos Agrários

6) DHE - Departamento de Humanidades e Educação

Figura 2 Percentual de acadêmicos respondentes à avaliação na modalidade EaD.



1) DACEC - Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação

2) DCJS - Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais

3) DHE - Departamento de Humanidades e Educação

Embora esses percentuais sejam significativos, para que esta avaliação se consolide como um instrumento de planejamento e tomada de decisão, ainda é necessário uma maior participação. Assim, é necessário construir internamente estratégias de implicação dos acadêmicos neste processo, mostrando concretamente que esta participação pode e deve modificar as práticas realizadas se assim for identificado.

Considerando os resultados da avaliação das disciplinas, no primeiro e no segundo semestres de 2013, as figuras a seguir apresentam alguns dados, relativos à modalidade presencial, que refletem o olhar do aluno em relação aos processos acadêmicos da universidade, que são abordados pelo instrumento preenchido pelo estudante.

Figura 3 Papel da Disciplina na Formação Acadêmica e sua Relação com as demais Disciplinas do Curso.

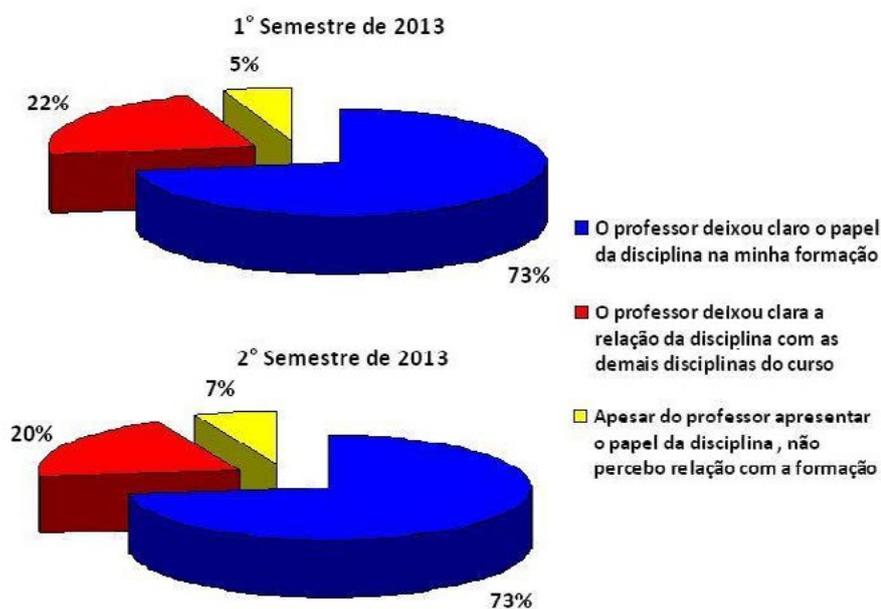
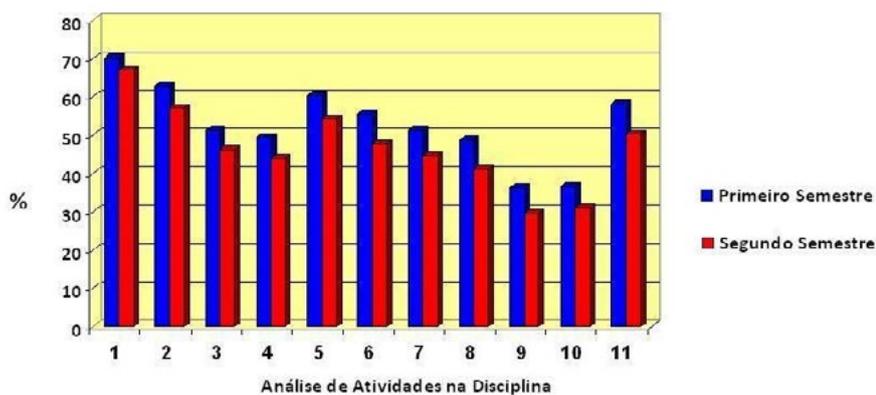
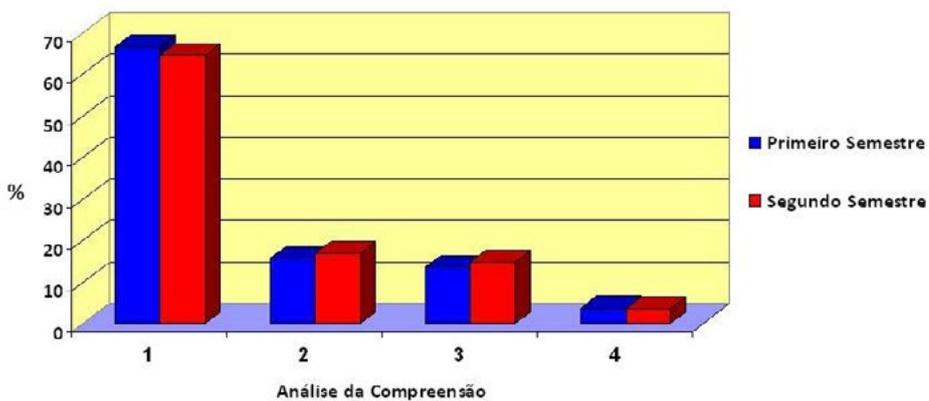


Figura 4 Trabalho do Professor na Disciplina



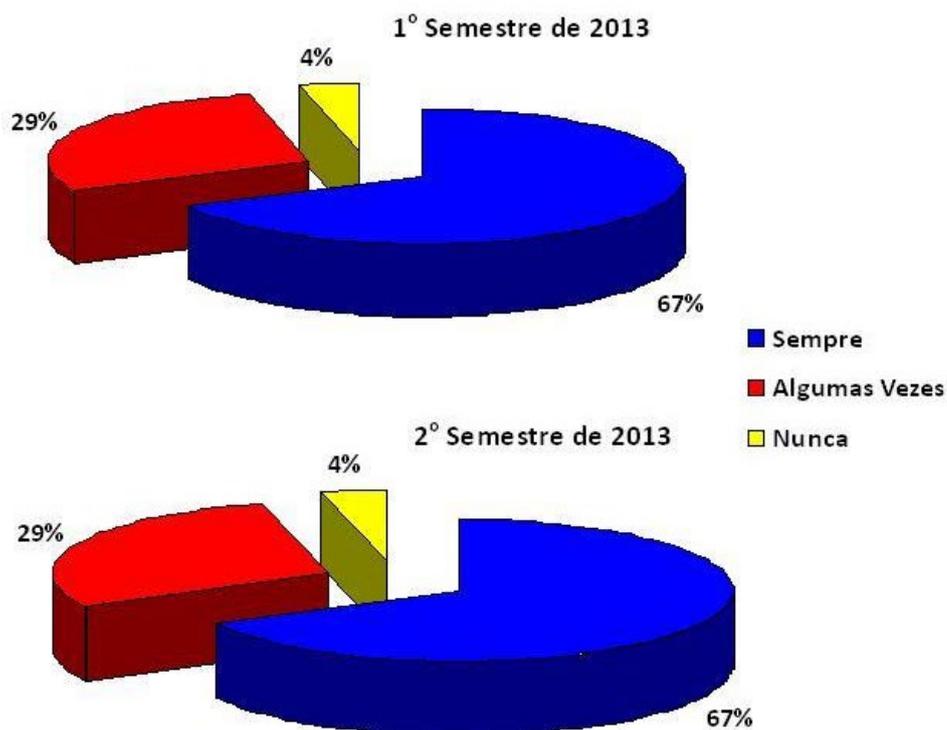
- 01) Estimula o interesse na disciplina.
- 02) Estimula a investigação teórica e/ou prática.
- 03) Estimula a realização de leituras considerando a bibliografia básica.
- 04) Estimula a realização de leituras complementares.
- 05) Interage com os estudantes através do portal, disponibilizando materiais para aula.
- 06) Interage com os estudantes por e-mail ou outras formas virtuais, respondendo suas dúvidas.
- 07) Estimula a pesquisa.
- 08) Estimula a participação em grupos de estudo.
- 09) Estimula a participação em encontros, congressos e outras atividades extraclasse.
- 10) Disponibiliza na disciplina textos e/ou materiais de sua autoria.
- 11) Desenvolve a disciplina a partir de situações do contexto profissional.

Figura 5 Processo de Aprendizagem do Aluno



- 1) Estou conseguindo ter a compreensão do conteúdo conforme previsto no plano de ensino.
- 2) Minha compreensão é parcial, pois não estou conseguindo destinar tempo fora da disciplina para consolidar os conhecimentos trabalhados em aula.
- 3) Minha compreensão é parcial, pois não me adaptei à metodologia utilizada pelo professor.
- 4) Minha compreensão é satisfatória, porém a metodologia utilizada não está possibilitando vínculos com as demais disciplinas.

Figura 6 Procedimentos e Metodologias Utilizados pelo professor viabilizam a Aprendizagem



Da análise dos dados que dão conta do olhar do aluno em relação à disciplina, ao professor e à universidade, a CPA e a VRG, com base nos pareceres dos NDEs, apresentam alguns resultados do ponto de vista institucional. No que se refere à atuação do professor, evidencia-se uma avaliação positiva em relação a aspectos pedagógicos, de uma forma geral, quer seja na apresentação e discussão do plano de ensino, no desenvolvimento de metodologias que aliam teoria e prática, bem como na discussão dos resultados avaliativos. Além disso, aspectos específicos apresentados nas questões abertas são tratados pelo coordenador de cada curso.

No que se refere aos cursos de graduação evidencia-se como resultado dos processos avaliativos a organização de um calendário de revisão dos Projetos Pedagógicos de Cursos, considerando o calendário trianual do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE no contexto do SINAES.

No que tange à avaliação pelos pares, em cada departamento, a chefia e os coordenadores (de cursos e de Núcleos) têm realizado a análise dos dados obtidos a partir do instrumento respondido pelos alunos, e encaminhados os problemas pontuais diretamente com os docentes, de forma individualizada. Pode-se dizer, a partir dos processos avaliativos, que os departamentos têm realizado melhorias nos processos de gestão, possibilitando aos cursos o desenvolvimento de suas atividades englobando o conjunto dos cursos do departamento.

Com base nos pareceres dos NDEs e na análise da CPA dos dados sistematizados, percebe-se que os acadêmicos, de uma forma geral, fazem uma avaliação positiva da atuação dos professores nas disciplinas de cada curso.

CONCLUSÕES

Atendendo ao objetivo a que se propôs este relato de experiência, pode-se afirmar que o Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ vem se consolidando como um importante instrumento de gestão, na

medida em que produz indicadores de diferentes aspectos da instituição. Embora este Programa ainda necessite de ajustes, avaliações e replanejamentos, observa-se que o mesmo tem se mostrado eficiente como política de diagnóstico e definição de planejamento institucional.

Os resultados deste programa, no que tange à autoavaliação docente, à avaliação da ação docente pelos discentes e à análise pelos pares, é uma das estratégias da Instituição para alinhar a avaliação ao planejamento estratégico institucional. Constitui-se em uma ferramenta de gestão para a Universidade, uma vez que os resultados são utilizados no processo de tomada de decisão dos departamentos, dos cursos e da instituição para desenvolver ações de planejamento a curto, médio e longo prazo.

Como resultado dessa experiência, constata-se que a avaliação na UNIJUÍ tem possibilitado melhorias nas políticas acadêmicas e administrativas, que garantem e viabilizam avanços no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, por meio de ações que atendem às necessidades de seus acadêmicos e da comunidade. Na medida em que os processos avaliativos se qualificam, contribuem significativamente na melhoria da instituição em seus aspectos acadêmicos e administrativos.

A CPA, atenta ao processo de avaliação, acompanha essa caminhada da instituição e alia-se aos seus projetos e programas, contribuindo com olhar crítico e reflexivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC)/CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de Ensino Superior**. Brasília, DF, 2004.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ - CPA. **Relatório de Autoavaliação Institucional da UNIJUÍ – abril de 2013 a janeiro de 2014**. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. 183 p.

LEI nº 10.861. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. (DOU de 15/04/2004 – Seção 01 – p. 3).

LEITE, Denise. A avaliação em prática. p. 40. In: SOBRINHO, José Dias (editor). **Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. UFSC/UNICAMP, Ano I – n. 1, julho de 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. Porto, Edições Afrontamento (São Paulo, Editora Cortez, 1995), 1994.

SOBRINHO, José Dias. A imprescindibilidade da Avaliação Institucional diante da Crise das Universidades. UFP, Belém, 1997, p. 36. In: COSTA, Maria José Jackson, Org. **Avaliação Institucional - Desafio da Universidade diante de um novo século**. UFP, Belém, 1997, p. 157.

A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NA UNIPAMPA: A INSTITUIÇÃO *MULTICAMPI*

*Amélia Rota Borges de Bastos*¹

*Mônica de Souza Trevisan*²

*Lisiane Inchauspe de Oliveira*³

Resumo: O trabalho tem como objetivo apresentar a forma de constituição da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa e seu projeto de Avaliação Institucional considerando suas características de instituição *multicampi*. O estudo proposto busca analisar a constituição e implantação e da CPA, bem como apresentar o projeto de Avaliação Institucional. Destaca-se que a autoavaliação é um dos aspectos valorizados nas premissas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, para que aconteça, o fortalecimento da CPA e a difusão de uma cultura avaliativa na universidade são aspectos relevantes. Entretanto, torna-se um desafio implantar e gerir a autoavaliação em instituições com formato *multicampi*. Deste modo, conclui-se que, para o desenvolvimento do projeto avaliativo coerente com as expectativas institucionais, é necessária a vinculação entre avaliação e planejamento, assim como, o fortalecimento da CPA e seus partícipes.

Palavras-chave: Constituição da CPA. Instituição *multicampi*. Desafio. Avaliação. Planejamento.

LA CONSTITUCIÓN DE LA COMISIÓN PROPIA DE EVALUACIÓN EN UNIPAMPA: LA INSTITUCIÓN *MULTICAMPI*

Resumen: El trabajo tiene como objetivo presentar la forma de constitución de Comisión Propia de Evaluación de la Universidad Federal de Pampa y su proyecto de Evaluación Institucional, considerando sus características de institución *multicampi*. El estudio propuesto pretende analizar la constitución y la implantación de la CPA, así como presentar el proyecto de Evaluación Institucional. Es de destacar que la autoevaluación es uno de los valorados aspectos en las premisas del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior (SINAES) y, para que eso suceda, el fortalecimiento de la CPA y la difusión de una cultura de evaluación en la universidad son aspectos importantes. Sin embargo, se convierte en un desafío implementar y administrar la autoevaluación en las instituciones con formato *multicampi*. Por lo tanto, se concluye que para el desarrollo del proyecto de evaluación, coerente con las expectativas institucionales, es necesario el vínculo entre la evaluación y la planificación, así como el fortalecimiento de la CPA y sus participantes.

Palabras-clave: Constitución de la CPA. Institución *multicampi*. Desafío. Evaluación. Planificación.

1 Professora Adjunta; Coordenadora de Avaliação da Universidade Federal do Pampa; Presidente da CPA até 2014. amelia.bastos@unipampa.edu.br

2 Mestre em Educação; Pedagoga Técnica Administrativa em Educação da Unipampa; Professora do Curso de Pedagogia da Urcamp. monicatrevisan@unipampa.edu.br

3 Secretária Executiva da CPA da UNIPAMPA. lisianeoliveira@unipampa.edu.br

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE *MULTICAMPI*

A Universidade Federal do Pampa, criada pela Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, é fruto da política de expansão do ensino superior por parte do governo federal. Edificada em uma região com importantes problemas de desenvolvimento, nasce a partir do clamor das lideranças municipais da área de abrangência da Universidade, esperançosas com a ampliação do acesso a este nível de ensino por populações que até então estavam privadas da continuidade dos seus estudos, tendo em vista a inexistência de educação superior pública e gratuita nestes municípios.

Sua natureza *multicampi*, espalhada em 10 municípios⁴ da metade sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região da fronteira com o Uruguai e a Argentina, e cujas distâncias chegam a 700 km *intercampi*, impôs a configuração de uma estrutura organizacional descentralizada da cidade de Bagé, lócus da sede administrativa. Tal descentralização deu-se a partir do reconhecimento das expertises de cada campus, organizados a partir de áreas específicas do conhecimento, como, por exemplo, o campus de São Borja, cujo escopo de formação contempla a área de Ciências Sociais Aplicadas, possuindo, dentre seus cursos, a graduação em Serviço Social. Neste campus, está instalada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Intenta-se com esta descentralização, que as pró-reitorias, além de instâncias de gestão, sirvam como espaços formativos para cursos a elas afetos, favorecendo, pela proximidade com os intelectuais destas áreas, o adensamento das discussões.

A descentralização é também a garantia do protagonismo de todos os campus da Universidade, bem como, da equidade de tratamento que deve ser dada pela gestão a cada uma e a todas as unidades acadêmicas.

Neste mesmo sentido, foi proposta a CPA, cuja estrutura organizacional contempla a natureza *multicampi* da Unipampa. Apresentar a forma de constituição da Comissão e os desafios que esta traz para a realização da Avaliação institucional é o objetivo deste artigo que intenta ainda, apresentar a planificação do processo avaliativo a partir da integração da avaliação ao planejamento institucional.

A CONSTITUIÇÃO DA CPA/UNIPAMPA

A constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPAMPA, órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna da UNIPAMPA, foi deflagrada pela Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (PROPLAN), através da Coordenadoria de Avaliação, durante a realização do Seminário de Avaliação Institucional realizado no ano de 2009. O seminário contou com a participação da Vice-Secretária de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Prof^a Dr^a Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues que, na ocasião, apresentou os princípios e as finalidades do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, além de discutir o papel das Comissões de Avaliação no âmbito das instituições e a importância de que os resultados dos processos avaliativos produzidos por estas comissões possam ter efeito nas ações coletivas de planejamento, de forma a contribuir para a realização das intenções da Universidade, expressas em seu Projeto Institucional (PI).

O evento deu início às atividades de constituição da Comissão e contou com a presença de representantes dos 10 *campi* da UNIPAMPA, representados por docentes, técnico-administrativos em

4 Alegrete; Bagé; Caçapava do Sul; Dom Pedrito; Itaqui; Jaguarão; Santana do Livramento; São Borja; São Gabriel e Uruguaiana.

educação, discentes e representantes da sociedade civil, indicados previamente pelas unidades, a partir da definição do perfil de participação neste tipo de Comissão.

Na época do evento existia uma expectativa de que os participantes da CPA fossem pessoas ligadas à área da avaliação, o que facilitaria a proposição dos trabalhos e colaboraria para a construção e edificação de uma cultura avaliativa na instituição. No entanto, esta expectativa não foi alcançada, haja vista que os indicados para participarem do evento e, por consequência, compõem a CPA, não tinham qualquer vinculação com o tema, sendo, na maioria das vezes, indicados por não estarem participando de outras comissões⁵ na instituição.

Este fato demandou para a Coordenadoria de Avaliação a organização de encontros de capacitação para os membros do grupo que, além de não possuírem conhecimento sobre o processo avaliativo, detinham concepções equivocadas sobre a natureza do trabalho, como pôde ser percebido no depoimento de um dos membros: “*Que bom, agora nós (membros da CPA) vamos avaliar os docentes*”.

A percepção de que os membros da CPA é que realizariam a avaliação, ou melhor, avaliariam, foi paulatinamente substituída pela convicção de que os processos avaliativos deveriam ser deflagrados pela comissão, de forma a ouvir e considerar todas as vozes dos atores da instituição: docentes, técnico-administrativos em educação e discentes. Neste sentido, definiu-se que uma das premissas do processo avaliativo seria a existência de mecanismos de avaliação da satisfação dos usuários, tema que compôs a avaliação das dimensões gestão e extensão no ano de 2013.

A composição da Comissão buscou respeitar a natureza *multicampi* da instituição. Para tanto, foram organizados Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos três segmentos da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos em educação, discentes) e por um membro da comunidade externa. Estes têm como atribuição a condução dos processos avaliativos no âmbito do campus.

A composição descentralizada da CPA visa a garantir, a partir do reconhecimento das peculiaridades de cada *campus* e das três atividades fins da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) a globalidade da instituição, em uma ideia de local/global referenciada por Santos (2000). Também parte da percepção de que a realidade da Universidade só poderá ser desvelada, compreendida e transformada a partir do reconhecimento da peculiaridade de cada unidade e do protagonismo dos seus atores.

Ainda com relação à composição, ressalta-se a previsão de carga horária de participação na Comissão no plano de atividade de seus membros, como pode ser percebido no artigo 12 do Regimento da CPA:

As atividades da CPA/UNIPAMPA, por sua relevância institucional, deverão ser consideradas nos planos de atividades dos seus membros com carga horária de até 12 (doze) horas semanais, para o desenvolvimento das atividades referentes à implementação do projeto de autoavaliação institucional (UNIPAMPA. Resolução nº11 de 20 de outubro de 2010).

5 A existência de múltiplas comissões atuando ao mesmo tempo foi uma característica da Unipampa em virtude da sua fase inicial de constituição. O corpo de servidores incipiente demandava que, além da realização das atividades afetas aos cargos, estes servidores compusessem comissões específicas para definição e organização das áreas da universidade. São exemplos: Comissão do PDI, Comissão do Regimento, Comissão de Extensão, dentre outras.

Com isso, compreendeu-se que, apesar da autonomia de que goza a Comissão, principalmente com relação às instâncias administrativas da Universidade, não é possível realizar um trabalho descolado dos atores que constroem a realidade da instituição e, tampouco do seu projeto institucional.

Representantes de cada comitê, reunidos de forma paritária no que tange à representação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, compõe a Comissão Central de Avaliação (CCA), responsável pela definição da política de avaliação da instituição. Esta agrega ainda os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão, além do Coordenador de Avaliação⁶ da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (PROPLAN). Com relação ao assento deste último membro, almeja-se que esta participação assegure à CPA as condições necessárias para seu pleno funcionamento. Além disso, almeja-se que este representante colabore com a CPA para que os resultados obtidos pelos processos avaliativos possam ser de fato, tomados pela gestão como pautas de trabalho.

Diferentemente das instituições com apenas um campus, um dos desafios que se apresenta a cada reunião da CPA da UNIPAMPA é a mobilização de diárias, em média 30 por reunião, sendo pagas, inclusive, para os representantes da sociedade civil organizada e para os alunos (estes recebem por meio de ajuda de custo por edital específico) e frota. A gerência do orçamento para a Comissão fica atrelada à Coordenadoria de Avaliação/PROPLAN que, até este momento, pode custear todas as ações de formação solicitadas pela CPA.

Neste sentido, relativiza-se a prerrogativa legal expressa na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigo 11, parágrafo II, que prevê atuação autônoma da CPA em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. A experiência da Unipampa demonstrou que a participação da gestão na Comissão foi fundamental para a realização das atividades previstas. Foi graças a este acompanhamento que o *turnover* dos membros, que caracterizou o funcionamento da CPA, apesar de ter tido consequências importantes para a implantação da cultura de avaliação na instituição, não prejudicou a realização das atividades avaliativas previstas e, tampouco, fez da instituição uma inadimplente frente às demandas do Ministério da Educação.

Este *turnover* é outro desafio para a CPA/Unipampa. A busca da completude do quadro dos CLAs é tarefa permanente para a Comissão, porém, a presença do Coordenador de Avaliação na composição da CCA, bem como a observância às ações planejadas no projeto de avaliação, impedem que essa rotatividade prejudique a realização de um trabalho eficiente.

O PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O projeto de avaliação institucional da Universidade Federal do Pampa, vigente para o período de 2012-2016, será realizado em um ciclo de três anos. Em cada ano serão avaliadas duas das seis dimensões definidas como focos de avaliação, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos representativos da realidade da Unipampa. Estes indicadores serão revisados nas etapas do processo avaliativo, considerando a dinamicidade do processo e da realidade institucional.

A periodicidade de avaliação de cada uma das dimensões é apresentada no quadro abaixo:

⁶ Esta coordenação é responsável na instituição pelo acompanhamento da regulação dos cursos de graduação, pela avaliação de desempenho dos servidores e pela área de dados institucionais.

Quadro 1. Periodicidade do processo avaliativo

PERÍODO DE AVALIAÇÃO	DIMENSÃO
ANUALMENTE	Ensino de graduação
1º ANO	Extensão e gestão
2º ANO	Pesquisa e pós-graduação
3º ANO	Assistência estudantil

Fonte: Projeto de Avaliação Institucional-Avaliação. Universidade Federal do Pampa, 2011, p.20

No decorrer do ano de 2014, a CPA da UNIPAMPA está conduzindo o processo de avaliação institucional das dimensões Ensino de Graduação e Pós-Graduação e Pesquisa. Entre os meses de agosto e setembro vem sendo realizada a aplicação dos questionários aos alunos/usuários do ensino. A partir de outubro, responderão ao instrumento os usuários da dimensão Pesquisa.

Cabe esclarecer que o processo de avaliação de cada uma dessas dimensões é organizado nas seguintes fases:

1. Planejamento do processo de avaliação: nesta fase serão revisados os indicadores de avaliação institucional apresentados de forma preliminar no projeto proposto, tendo como referências:

- a. Indicadores de qualidade previstos pelo SINAES;
- b. Projeto Institucional da Unipampa;
- c. Planos de gestão das unidades e reitoria;
- d. Outros indicadores que revelem a qualidade da educação superior, como, por exemplo, os que estão sendo definidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

A revisão dos indicadores demonstra a flexibilidade do processo de avaliação proposto. A cada etapa da avaliação institucional, os indicadores representativos da realidade avaliada deverão ser (re) pensados frente às alterações desta realidade. Busca-se nesta revisão, além de verificar a adequação dos indicadores previamente definidos, avaliar sua pertinência com relação às expectativas da comunidade acadêmica com relação ao fazer institucional, de forma a construir na coletividade o sentimento de autoria e participação, necessário ao êxito do processo.

A adequação do projeto de avaliação à realidade é imprescindível em uma universidade com as características da UNIPAMPA. A universidade encontra-se hoje em processo de implantação, construindo suas regulamentações com base na legislação brasileira e no seu Projeto Institucional. Como parte dessa regulamentação, apresentam-se projetos de gestão do desempenho dos servidores, aumento dos programas de pós-graduação, consolidação e expansão dos cursos de graduação, planejamentos estratégicos das unidades e diversos outros movimentos que necessitam indicadores de acompanhamento, para que se possa verificar se as metas estipuladas estão sendo atingidas. Essa efervescência organizacional demanda, pois, ações de diagnóstico que devem ser adequadas e revistas periodicamente.

Nesta fase também ocorre a definição das estratégias metodológicas de coleta e análise dos dados, bem como, a definição dos usuários que respondem aos questionários propostos pela CPA.

2. Execução do processo de avaliação: neste momento ocorre o processo de coleta e análise das informações, precedido por ações de sensibilização da comunidade acadêmica para que participe efetivamente do processo de avaliação.

3. Avaliação do processo de avaliação: nesta fase a CPA fará avaliação das informações geradas e da necessidade de organização de processos complementares de coleta de informações, que deverão ser

executados de forma a revelar da forma mais completa possível a realidade das áreas que são objeto de avaliação.

4. Elaboração dos relatórios parciais de autoavaliação: após a coleta e análise das informações, serão gerados relatórios de avaliação por dimensão e unidade que irão compor o relatório final da avaliação institucional, que será organizado no término do período avaliativo.

5. Apresentação dos resultados à comunidade acadêmica: uma vez produzidos os relatórios de cada uma das dimensões, serão apresentados para a comunidade acadêmica em eventos específicos, através da veiculação de notícias no site e no informativo quinzenal da universidade, pela página da CPA na internet, por meio de cartazes afixados nos *campi*, entre outras ações.

Contudo, a avaliação institucional não pode esgotar-se nesse processo. Um dos princípios do SINAES é a avaliação formativa, que não pode ser levada a cabo sem que as unidades e servidores avaliados atentem para os resultados de suas próprias avaliações frente à sua percepção do que ocorre na realidade. Esse processo de autoavaliação deve substanciar a qualificação institucional, por meio de sua ligação com o planejamento. Na reflexão sobre a percepção existente a respeito dos fazeres dos grupos aos quais se ligam, a comunidade universitária deve ser capaz de construir seus projetos de futuro de maneira a aproximar-se das metas propostas nos projetos de desenvolvimento das unidades da instituição. Nessa perspectiva, não se entende a avaliação institucional como uma pesquisa de opinião que publica seus resultados como uma obrigação, mas como parte de um círculo virtuoso de qualificação da universidade em direção à sua missão. Na política de Planejamento e Avaliação do Projeto Institucional da UNIPAMPA, encontra-se expresso o princípio de que

[...] planeja e avalia quem faz, entendido que os atos de planejar e avaliar cabem a quem tem capacidade de decidir e a responsabilidade de conduzir e implementar o que foi planejado (UNIPAMPA, Projeto Institucional, 2009, p. 51).

Definido que a CPA da UNIPAMPA promove a avaliação institucional, entende-se que não é dela papel analisar os seus resultados e planejar o que deve ser feito para sanar as fragilidades encontradas. O papel da CPA é, sim, crítico no sentido de que deve ser capaz de salientar os pontos relevantes encontrados no processo de avaliação e que sejam merecedores de atenção por parte da instituição. Esse anúncio, mais do que qualquer outro efeito, deve comprometer a comunidade acadêmica para a mudança necessária, o que é possível a partir da inclusão dos resultados do processo avaliativo nas ações de planejamento institucional, etapa seguinte do processo avaliativo, a seguir descrita.

6. Inclusão dos resultados nas ações de planejamento vigentes: nesta fase, CCA e CLA realizam reuniões de trabalho com as unidades e Reitoria para apresentação dos resultados de avaliação, e inclusão destes resultados nas ações de planejamento existentes.

7. Meta-avaliação – momento em que a CPA deverá fazer a avaliação do processo avaliativo, identificando fragilidades e potencialidades que poderão qualificar as etapas seguintes.

CONCLUSÃO

Conforme o observado sobre as etapas já realizadas ao longo do 1º e 2º ano descritos no quadro 1, nota-se a evolução do trabalho da CPA no concernente ao reconhecimento por parte da comunidade

acadêmica, bem como o amadurecimento de seus membros para as questões inerentes a cada etapa desenvolvida e conseqüentemente de todo o processo de avaliação interna da UNIPAMPA.

Espera-se que, ao finalizar mais esse processo avaliativo, haja um salto de qualidade em relação ao andamento do projeto com uma maior fusão entre planejamento e avaliação. Para isso, o fortalecimento dos saberes dos partícipes, a participação consciente no projeto e nos processos de autoavaliação, bem como a solidificação do vínculo entre a gestão e a CPA são alguns dos caminhos encontrados para o desenvolvimento da autoavaliação da UNIPAMPA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v.141, n. 72, 15 abr, 2004a. Seção I, pp. 3-4.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto de Autoavaliação Institucional Avaliação.** 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Institucional.** 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução nº11, de 20 de outubro de 2010.** Regimento da Comissão Própria de Avaliação

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Práticas avaliativas no contexto do trabalho pedagógico universitário: formação da cidadania crítica. In VEIGA, Ilma Passos Alencastro; NAVES, Marisa Lomônaco de Paula (Orgs.). **Currículo e avaliação na educação superior.** São Paulo: Junqueira & Marin, 2005. pp. 149 -173.

DESAFIOS À AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - COMO SENSIBILIZAR A COMUNIDADE ACADÊMICA E GARANTIR MAIOR PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS AVALIATIVOS?

Lisiane Inchauspe de Oliveira¹

Ménithen Ness Gouveia²

Resumo: Seguindo as diretrizes propostas pela lei 10861/04, e objetivando a visualização das fragilidades como meio de autorreconhecimento e busca pela melhoria de seu fazer, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), uma universidade jovem e de organização *multicampi*, realiza anualmente a autoavaliação institucional. A autoavaliação institucional pode ser entendida como a busca de subsídios para o aperfeiçoamento do fazer da instituição. É por meio desse processo que são identificadas as insuficiências e onde é verificada a eficácia da configuração estratégica e o nível de adequação aos objetivos institucionais. Para tanto, e esta é uma das obrigatoriedades impostas pela lei, a universidade deve constituir a sua Comissão Própria de Avaliação - CPA, que será responsável pela condução de todo o processo avaliativo. Porém, são muitos os desafios que se apresentam para o trabalho das CPAs. O presente trabalho visa a delinear de maneira breve um retrato do processo de autoavaliação em uma visão estratégica da Unipampa, bem como destacar o trabalho dos Comitês Locais de Avaliação - CLAs na sensibilização para o avanço no número de respondentes ao instrumento de avaliação do ano de 2014 em relação ao ano de 2013.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. CPA. Desafios. Sensibilização.

Resumen: Siguiendo las directrices propuestas por la ley 10861/04, y apuntando a la visualización de debilidades como un medio de auto-reconocimiento, la Universidad Federal de Pampa (UNIPAMPA), una universidad joven y de organización *multicampi* lleva a cabo una auto-evaluación institucional anual. La autoavaliação Institucional puede ser entendida como la búsqueda de subvenciones para la mejora del hacer de la institución. Es através de este proceso que las deficiencias se identifican y donde se verifica la eficacia del entorno estratégico y el nivel de adecuación a los objetivos institucionais. Por lo tanto, y este es una de las obrigatoriedades de la ley, la universidad deve constituir su Comisión Propia de Autoevaluación - CPA, quien será la responsable de dirigir todo el proceso avaliativo. No obstante, hay muchos desafíos por delante para el trabajo de las CPAs. Este trabajo pretende exponer brevemente una imagen del proceso de auto-evaluación en una visión estratégica de UNIPAMPA así como destacar la labor de los CLA en la sensibilización para los avances en el número de los respondientes a la herramienta de evaluación de 2014 con respecto al año 2013.

Palabras-clave: Evaluación Institucional. CPA. Desafíos. Conciencia.

1 Secretária Executiva da CPA UNIPAMPA. lisianeoliveira@unipampa.edu.br

2 Chefe da secretaria da Pró-reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação - PROPLAN - UNIPAMPA. menithengouveia@unipampa.edu.br

INTRODUÇÃO

10.861/04 - LEI DO SINAES

A avaliação institucional é uma obrigatoriedade nas instituições de ensino superior prevista na Lei nº 10.861/04, que se constitui de três eixos que compreendem a avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes. Em relação à avaliação das instituições, a proposta dessa Lei é que a Universidade realize periodicamente a autoavaliação, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, que terá autonomia para a criação do instrumento e a condução do processo avaliativo dentro da instituição. A Lei estabelece que sejam avaliadas dez dimensões, porém não prevê um modelo único de autoavaliação, pois entende que este deve ser um processo formativo-emancipatório, desenvolvido de acordo com a realidade de cada instituição.

Conforme o Manual de Orientações Gerais para o Roteiro de Autoavaliação das Instituições (INEP, 2004, p. 7), “A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição”. Consoante Martins (2010), a autoavaliação promove “condições para que a instituição consiga identificar as suas práticas, refletir sobre seus limites e possibilidades e explicitar as suas políticas, os seus objetivos, o seu projeto para o futuro.”

O PAPEL DA CPA

Conforme é citado no artigo 11 da lei 10.861/04, a CPA constituída em cada instituição de ensino superior, pública ou privada, tem as atribuições de conduzir os processos de autoavaliação na instituição, bem como de sistematizar as informações e repassá-las ao INEP.

Segundo Andriola (2005), as CPAs integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e com ele estabelecem um elo que permite associar seu projeto de autoavaliação ao conjunto do sistema de educação superior do país. Para o autor, as CPAs possuem um papel crucial de elaborar e desenvolver uma proposta de autoavaliação que atenda aos interesses da comunidade em que está inserida, uma vez que é um órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição. Ora, para garantir um processo de avaliação interna democrático e participativo é recomendável o envolvimento da comunidade desde a escolha dos membros da CPA até a efetivação do processo avaliativo, momento em que deverá expor suas opiniões acerca da dimensão alvo de avaliação.

No que concerne à composição da CPA, devem ser contemplados todos os segmentos da comunidade acadêmica - docentes, discentes, técnico-administrativos e membros da sociedade externa - respeitando as definições dos órgãos superiores no tocante ao modo de organização, número de membros e funcionamento, considerando as características da instituição, seu porte e experiência com a autoavaliação.

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa – CPA/UNIPAMPA – é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria 508, de 20 de maio de 2014, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

Considerando suas características *multicampi*, e obedecendo à Resolução nº 11, de 20 de outubro de 2010, aprovada pelo Conselho Universitário - CONSUNI- a CPA/UNIPAMPA é constituída por dez Comitês Locais de Avaliação - CLAs, em cada uma das dez unidades da instituição, e a Comissão Central de Avaliação - CCA. Cada Comitê Local é constituído por quatro membros representando segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil, sendo um docente, um discente, um técnico-administrativo (TAE) e

um membro da sociedade externa. A composição de CLAs garante a percepção das particularidades de cada uma das unidades da instituição, bem como do ensino, pesquisa e extensão, três atividades fins da Universidade. Uma de suas principais atribuições é sensibilizar a comunidade acadêmica do seu campus para a participação ativa no processo de autoavaliação institucional, além de organizar reuniões para desenvolver suas atividades e prestar informações solicitadas pela Comissão Central de Avaliação - CCA.

Essa Comissão Central é formada por membros dos CLA, a saber: cinco servidores docentes, cinco servidores TAE, cinco discentes, três representantes da sociedade civil, um representante da Comissão Superior de Ensino, um representante da Comissão Superior de Pesquisa, um representante da Comissão Superior de Extensão e o(a) Coordenador(a) de Avaliação da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação.

Mas aquilo que na teoria parece bastante fácil de alcançar, revela-se exatamente ao contrário. Por melhor que seja a sua organização, as CPAs encontram todo tipo de obstáculo ao seu pleno funcionamento, desde o desconhecimento de suas atribuições pela comunidade acadêmica, passando pela dificuldade em constituir-se, até a plena participação dessa mesma comunidade nos processos avaliativos que dela dependem para que se efetivem de maneira democrática.

AUTOAVALIAÇÃO NA UNIPAMPA - IMPRESSÕES DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS SOBRE O PROCESSO E O TRABALHO DA CPA

Entre os meses de dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, aconteceu na UNIPAMPA o processo avaliativo das dimensões Gestão e Extensão, utilizando-se de uma metodologia quantitativa, onde dados foram coletados por meio de questionário semiestruturado, que utilizava uma escala de satisfação que variava de 1 (conceito mínimo) e 5 (conceito máximo), e que captava também as opiniões dos usuários em campos descritivos ali incluídos.

Esses campos descritivos visavam a destacar pontos positivos e negativos sobre toda a estrutura organizacional da UNIPAMPA (dimensão Gestão), bem como da satisfação dos usuários quanto à Extensão na universidade.

A fim de se verificar as impressões dos utilizadores no concernente ao trabalho da CPA e à importância dos processos avaliativos internos, utilizamos o material extraído desses campos. Alguns dos comentários encontrados foram os seguintes:

Usuário 1 - Não fica claro após os processos de avaliação as formas pelas quais os pontos fracos são repensados e modificados.

Usuário 2 - Avalie o quão chata e inoportuna é uma pesquisa com quase 300 itens.

Usuário 3 - Entendo que a avaliação institucional precisa ser mais ativa. Estudar e propor processos de avaliação que levem os servidores a refletir sobre sua atuação e modos de melhor contribuir com a UNIPAMPA.

Usuário 4 - Ainda esperamos uma avaliação institucional eficiente e válida, que não seja um modelo emergencial.

Usuário 5 - Há muita burocracia e resultados efetivos não são visualizados.

Usuário 6 - Esta avaliação é composta por setores, divisões, coordenadorias que não são de conhecimento de todos os servidores. Assim, é impossível avaliar algo que não conheço.

Usuário 7 - Esta avaliação é realmente superficial, pois a maioria dos departamentos não são conhecidos e só tem-se ideia de algumas atividades.

Usuário 8 - Considero relevante, antes de serem disparados processos de avaliação institucional, que os servidores tomem conhecimento do organograma da instituição e atribuições de cada setor, o que é bem difícil ocorrer atualmente por intermédio do portal e das portarias institucionais.

Além do material recolhido nos campos descritivos, podemos observar as mensagens eletrônicas recebidas pela secretaria da CPA, onde os usuários demonstram de maneira corrente a preocupação com o sigilo das respostas e a identificação pessoal. Temos alguns exemplos:

Usuário docente - Recebi um e-mail de confirmação de participação na Avaliação Institucional. Como isso aconteceu, pois a Avaliação não era para não reconhecer ou identificar o usuário? Dessa forma essa Avaliação não deveria ter um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido? Como estarei segura que meus dados e respostas serão mantidos em sigilo?

Usuário discente - Estando ciente da importância desta pesquisa, ainda não vou respondê-la. Sempre nos foi prometido total transparência e sigilo sobre tudo que foi reportado pela mesma. Porém, desta vez, pode-se ver claramente um código único que aparentemente serve para identificar o aluno que respondeu a pesquisa. Estou errado? Gostaria de uma resposta sobre essa questão, afinal o anonimato no case desse tipo de avaliação é primordial. Obrigado!

Membro da CPA - Alguns professores estão me contactando a respeito do *mail* que estão recebendo confirmando o recebimento da resposta do questionário, esse *mail* está vindo nominal. Está sendo perguntado pelos professores sobre a questão do sigilo das respostas e se tem como identificar o questionário respondido pelo endereço de *e-mail*?

ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DE UTILIZADORES DE SERVIÇO NA UNIPAMPA

Realizando uma observação dos comentários das caixas de diálogo do processo de autoavaliação, bem como o conteúdo das mensagens eletrônicas recebidas pelo *e-mail* da CPA, podemos inferir que algumas das causas da baixa adesão ao processo, entre outras não apontadas e que também merecem um estudo mais aprofundado, são:

- » Para o usuário não há clareza sobre como são utilizados os dados produzidos, e como efetivamente ocorre a melhoria do serviço a partir desses dados.
- » O instrumento utilizado para a pesquisa é inadequado, por ser muito extenso.
- » O instrumento utilizado para a pesquisa apresenta setores e divisões que a maioria dos respondentes desconhece.
- » Os usuários desconhecem o trabalho da Comissão no tocante ao planejamento, e classificam a avaliação como superficial e emergencial.
- » Os usuários gostariam de participar, mas não o fazem por medo de ser identificados, pois gostariam que sua identidade fosse mantida em sigilo.

SENSIBILIZANDO A COMUNIDADE ACADÊMICA PARA A PARTICIPAÇÃO

Conforme Andriola, a comunidade interna deverá ser sensibilizada a participar dos processos avaliativos, priorizando-se a incrementação do grau de informação acerca da sistemática avaliativa e do paradigma teórico que o fundamenta, e também a destruição do mito que apresenta a avaliação como um ato de “estabelecimento de *ranking*” (2005, p. 61) e punição.

Para uma efetiva sensibilização é necessária uma “atividade de natureza educativa” (ANDRIOLA, 2005, p. 61), em que se apresentem os fundamentos epistemológicos, teóricos e éticos, bem como os conceitos e funções da avaliação institucional, sobrelevando-se seu caráter reflexivo (e não acusativo ou punitivo), base de discussão coletiva com vistas ao aprimoramento do fazer da instituição. É importante destacar também que a autoavaliação institucional não possui um caráter punitivo, mas sim de reflexão e discussão coletiva, como bases à busca do aprimoramento.

Além da atividade de esclarecimento da comunidade, é necessário buscar o apoio dos docentes, discentes e técnico-administrativos da instituição, e incentivar o debate e as discussões internas, pois isso garantirá a realização de uma avaliação imparcial e condizente com a realidade, ao assegurar a formação de uma comunidade suficientemente provisionada de informações sobre o processo avaliativo, seus princípios e funções.

Consoante Andriola (2005), todo o processo avaliativo apresenta efeitos políticos, dessa forma, a avaliação institucional ocasionará clareza quanto à realidade em que se encontra e conseqüentemente, consciência político-institucional à comunidade interna. Esse fenômeno deverá refletir em uma maior cobrança aos gestores, amparada pelo conhecimento adquirido, bem como fomentará o debate e a discussão sobre os aspectos da IES, de maneira clara e com conhecimento de causa.

O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIPAMPA 2013, PREPARAÇÃO PARA A MELHORIA DO PROCESSO 2014.

Em se tratando de participação discente nos processos avaliativos da Universidade Federal do Pampa, verificou-se a baixa adesão no ano de 2013, quando do total de 9588 alunos regulares da instituição, apenas 502 responderam ao questionário, perfazendo um total de 5,23% do total. Essa baixa adesão foi atribuída a vários fatores, dentre eles o período de aplicação do questionário, entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, época em que os alunos encontravam-se em período de férias e o fato de que os CLAs, responsáveis pela sensibilização da comunidade e do trabalho “corpo a corpo”, estavam em fase de recomposição. O próprio relatório produzido ao final desse processo cita uma “atuação bastante tímida na instituição” ao longo de 2013 e um trabalho realizado no sentido de recomposição de CCA e CLA, ocorrido paralelamente ao trabalho de avaliação.

Essa reorganização da CPA pode ajudar a delinear um retrato da visibilidade do órgão na universidade: visto que os CLAs estavam descompostos e não havia quem realizasse as sensibilizações presenciais em cada *campi*, é inteligível que os usuários classificassem o processo avaliativo como emergencial e superficial.

Outro fator que pode ter sido determinante para a baixa adesão dos discentes foi a extensão do questionário, que citava cada setor da universidade, conforme a Portaria 367, de 18 de abril de 2013, que institui a estrutura organizacional da UNIPAMPA. Essa organização do questionário apresentou como problema básico o fato de que muitos usuários deixaram de responder antes de terminar. Outro fator que interessa citar é o fato de que os usuários desconhecem as atribuições de cada setor, bem como desconhecem a própria existência do setor e, desta maneira, não se sentiram aptos a responder. Alguns respondentes, ainda, atribuíram notas a setores por eles desconhecidos, como no caso de discente que avaliou o Setor de Afastamentos, que presta serviço apenas para servidores.

Considerando essas dificuldades que se apresentaram ao processo avaliativo de 2013 que, mesmo antes do seu encerramento, planificava-se o seguinte. Em 2014, o foco da avaliação são as dimensões Ensino de Graduação e Pós-graduação e Pesquisa. Essa avaliação seguiu os mesmos moldes da anterior, em que os usuários receberam convites com *links* para acesso ao questionário por *e-mail*.

Com as CLAs recompostas e um trabalho firme de preparo aos membros, com reuniões ocorrendo de forma presencial sempre que possível, ou utilizando tecnologias como a teleconferência, contando com a participação de especialistas em avaliação e membros de outras instituições de ensino, iniciou-se a discussão sobre os métodos de divulgação mais eficazes para o processo. Decidiu-se que os resultados

da avaliação de 2013, além de disponibilizados nas páginas da CPA, seriam expostos em *banners* afixados em locais de grande circulação da comunidade acadêmica em cada unidade. Além disso, os cartazes da campanha anterior passaram por uma revisão e uma reformulação e voltaram a ser utilizados, não apenas em murais e paredes, mas também divulgados pelos discentes membros da CPA através de grupos abertos ou fechados de um site de relacionamentos. A presidente da CPA, professora Dr^a Ana Cristina da Silva buscou um diálogo muito próximo com cada CLA, a fim de que se efetivasse um bom trabalho de informação sobre a autoavaliação e sensibilização para a participação pelos membros das unidades. Ainda em se tratando de divulgação, foi utilizada a página principal da UNIPAMPA para a postagem de notícia relacionada, que também foi publicada no informativo quinzenal interno. A dimensão Ensino de Graduação e Pós-graduação foi avaliada entre agosto e setembro e a dimensão Pesquisa deverá ser avaliada entre outubro e novembro. No entanto, o encerramento do questionário referente àquela dimensão, cujos usuários são os discentes de todos os cursos da universidade, já trouxe à tona um dado interessante: o total de alunos participantes do processo foi de 2.475, o que representa 14,6% do total de alunos regulares, ou seja, quase o triplo do número registrado em 2013.

CONCLUSÃO

A partir da observância da evolução do trabalho da CPA da UNIPAMPA, entre os períodos avaliativos de 2013 e 2014, no que se refere à composição dos CLAs e CCA, bem como da definição clara e aplicação das estratégias de divulgação e sensibilização dos usuários para a importância de participar da avaliação da sua IES, e a consequente evolução do número de participantes, é possível perceber a importância do trabalho realizado pelos Comitês Locais para a melhoria do processo avaliativo interno.

Embora na UNIPAMPA ainda não exista uma cultura forte em termos de avaliação interna, e que os usuários desconheçam a necessidade e a utilidade do processo para a melhoria do fazer da universidade, é preciso reconhecer que o esforço da CPA de uma universidade, com características muito peculiares, como a juventude e a organização *multicampi*, em levar um maior conhecimento e buscar uma maior participação neste processo que não é apenas uma obrigatoriedade legal, mas um meio utilíssimo, uma ferramenta imprescindível para o crescimento da IES, e que toda a comunidade deve aprender a utilizar.

REFERÊNCIAS:

- ANDRIOLA, Wagner B. Desafios e necessidades que se apresentam às Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das instituições de ensino superior visando à implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). In: RISTOFF, Dilvo; ALMEIDA JR., Vicente (Orgs). **Avaliação participativa, perspectivas e desafios**. Brasília: INEP, 2005. p. 57-70.
- BRASIL, **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm> Acesso em 12 de setembro de 2014
- MARTINS, I. M. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: caracterização do processo de avaliação de instituições, de cursos e de estudantes**. 2010
- MEC- CONAES **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. INEP, 2004, 38 p. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2014

RELATÓRIO DO ENADE: DESAFIOS PARA AUTOAVALIAÇÃO DE UM CURSO DE GRADUAÇÃO

Mônica de Souza Trevisan¹

Ménithen Ness Gouveia²

Amélia Rota Borges de Bastos³

Este trabalho é caracterizado pelo recorte da dissertação “Influências do SINAES na construção curricular do curso de Pedagogia”. Tal dissertação contou com apoio do Projeto “Interlocuções entre políticas públicas e ações pedagógicas: limites e possibilidades” que participa do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Apoio de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este recorte, especificamente, tem por objetivo apresentar o potencial do relatório do ENADE como fonte de dado para a autoavaliação de um curso de Pedagogia. Caracteriza-se por um estudo de caso de um curso de Pedagogia de uma Universidade do Rio Grande do Sul, sendo fundamental a análise do relatório do ENADE ano 2011 para este curso. Observa-se que ainda necessita ser desvelado para esse curso o potencial do relatório do ENADE. Além disso, faz-se necessário desmistificar a avaliação proposta pelo SINAES em seus diferentes aspectos a fim de que o mesmo seja compreendido em sua globalidade, e não exclusivamente nos em seus aspectos regulatórios. Para isso, propõe-se um breve plano de ação no qual destacam-se aspectos do relatório do ENADE que podem ser utilizados para replanejamento de cursos de graduação, de modo geral.

Palavras-chave: Educação Superior. Avaliação. ENADE.

INFORME ENADE: DESAFÍOS PARA LA AUTOEVALUACIÓN DE UN CURSO DE POSTGRADO

Resumen: Este trabajo se caracteriza por el recorte de la disertación “Influencias del SINAES en la construcción curricular del curso de pedagogía.” Esta tesis fue apoyada por el Proyecto “Interlocuciones entre políticas públicas y acciones pedagógicas: límites y posibilidades”, proyecto que forma parte del Programa Observatório da Educação y cuenta también con la Coordinación de Apoyo Personal de Nivel Superior (CAPES/Brasil). Este recorte, por su vez, tiene como objetivo principal presentar el potencial del informe ENADE como una fuente de datos para la evaluación de un curso de Pedagogía. El presente trabajo está caracterizado como un estudio de caso y se aplica a un curso de pedagogía de una Universidad de Rio Grande del Sur, siendo fundamental el análisis del informe ENADE año 2011 para el referido curso. Todavía no se ha presentado y tampoco explorado en el curso el potencial que tiene el informe ENADE. Además, se vuelve necesario disipar la evaluación propuesta por el SINAES en sus diferentes aspectos,

1 Mestre em Educação; Pedagoga Técnica administrativa em Educação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Professora do Curso de Pedagogia da Universidade da Região da Campanha Urcamp; E-mail monicatrevisan@unipampa.edu.br.

2 Esp. em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional; Assistente em Administração da Unipampa; E-mail menithengouveia@unipampa.edu.br.

3 Professora Adjunta; Coordenadora de Avaliação da Universidade Federal do Pampa; Presidente da CPA até 2014.

a fines de que sea entendido en su globalidad, no restringiéndose a sus aspectos regulatorios. Para ello se propone un breve plan de acción en que se señalan los principales aspectos del informe ENADE que posibilitarían rediseñar los cursos, de un modo general.

Palavras-clave: Educação Superior. Avaliação. ENADE.

O ENADE E A AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO: POSSIBILIDADES

Já está bastante difundida entre os cursos de graduação, professores e alunos de instituições de educação superior, públicas ou privadas, a questão da obrigatoriedade do ENADE. Como consequência para o aluno, a não obtenção do diploma, caso seja concluinte e não realize o exame, e como consequência para o curso é ficar sem o Conceito Preliminar de Curso (CPC), e sem renovação de reconhecimento, tornando o curso inadimplente para a supervisão e regulação do Sistema Nacional de Educação Superior.

Conforme Portaria Normativa nº 2.051/2004 (BRASIL, 2004) o ENADE tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso às suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento.

Assim, para os cursos é positivo o fato de ter uma avaliação em que se pautar, se tiver como proposta autoavaliar seu currículo, muito embora, se sobreponha a realização do ENADE, os aspectos regulatórios.

Mediante a força da regulação, onde se encontra o aspecto pedagógico da avaliação a ser promovida pela autoavaliação? Ser avaliado, externamente, é importante, mas avaliar-se é ainda mais importante, para autoconhecimento e (re)afirmação dos potenciais e desafios de um curso de Pedagogia.

Além disso, a autoavaliação é um aspecto importante para a gestão do curso, para pensar estratégias de melhoria do currículo e de melhorias na sua gestão.

O ENADE por tratar-se de um exame externo de larga escala pode ser também uma fonte de informação para o curso em um panorama que considera as Diretrizes Curriculares Nacionais, neste caso, da Pedagogia.

O ENADE teve sua primeira edição em 2004 e seus resultados são utilizados na composição de índices determinantes para a regulação dos cursos. A Portaria nº 2.051/2004 (BRASIL, 2004) regulamentou os procedimentos do SINAES e estabeleceu o INEP como responsável pela realização do ENADE, sob a orientação da CONAES. Os instrumentos que compõem o ENADE são: questionário socioeconômico aos estudantes; questionário para definição do perfil do curso aos coordenadores; prova com componentes de formação geral e prova com componentes de formação específicos da área do curso. Nos primeiros anos de sua realização era amostral, pois não abrangia todos os alunos ingressantes e concluintes dos cursos participantes que trienalmente são selecionados para o exame.

O curso de Pedagogia em questão realizou o ENADE em 2008, somente com os alunos ingressantes, depois realizou novamente em 2011, já com ingressantes e concluintes, e realizará novamente em 2014.

A possibilidade de utilização dos relatórios do ENADE é considerada; no entanto, ainda não é efetivada, conforme remete a fala de um professor do curso:

Eu, particularmente, considero que sim, é um ponto para se avaliar a qualidade do curso, aquele ano, aquele semestre em que o aluno fez ENADE no curso é importante se analisar. Não só analisar o resultado, mas: aquele aluno ingressou quando? Quem eram os professores? [...]. Eu acredito que tudo isso afeta a avaliação, e se nós formos comparar, e eu acho que é esse movimento que tem que

ser feito no curso, vai ter uma diferença destes resultados dos primeiros exames para os exames que virão (Professor Curso de Pedagogia).

A autoavaliação tem como possibilidade utilizar os dados obtidos pelo Relatório do ENADE (avaliação externa) e traçar um parâmetro com a situação vigente no curso, no entanto, isto só ocorrerá se o Núcleo Docente Estruturante (NDE) protagonizar tal ação.

Assim, o uso dos relatórios do ENADE poderá servir como fonte de informações para a avaliação interna do curso, se o curso considerar esta fonte útil, fiável, e principalmente, se conhecer seu potencial.

Assim, se for compreendida a totalidade dos instrumentos do ENADE: questionários preenchidos pelo coordenador, questionário socioeconômico dos alunos, relatório com os resultados do curso e prova de formação geral e específica há mais chances desse instrumento de avaliação ser considerado. Enfim, de ser observado de forma global e de seus instrumentos gerarem interesse por parte dos cursos de graduação como fornecedor de informações para autoavaliação. Esse pode ser considerado o diferencial entre o ENADE e o antigo provão:

Enquanto o Provão se prestava a ser um mecanismo de regulação, o ENADE passaria a fornecer não só um indicador com esse fim, mas principalmente seria uma ferramenta de avaliação, através do diagnóstico de competências e habilidades adquiridos ao longo de um ciclo de 3 anos de escolarização superior, cruzado com a visão do aluno sobre sua instituição e com seu conhecimento sobre aspectos mais gerais, não relacionados a conteúdos específicos (DANTAS; SOARES; VERHINE, 2006, p. 296).

Considera-se que por meio do resultado do ENADE seja possível tomar decisões sobre uma das atividades fins da instituição: o ensino. O gestor poderá também, se necessário, traçar novos planos de ação para melhoria da qualidade de procedimentos, visando à correção de falhas e ao aprimoramento dos processos do curso e da IES.

O resultado obtido via ENADE pode contribuir para um diagnóstico da situação do curso, levantando os problemas, identificando falhas e erros que se transformam em desvios do planejado para que sejam identificados e possam ser corrigidos evitando sua reincidência (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009). É papel do gestor, zelar para que o planejamento, neste caso o Projeto Político Pedagógico do Curso, seja efetivado, juntamente com o NDE e a comunidade do curso. Assim, toda ação desencadeada no curso, deve visar, tanto quanto possível, aproximar-se dos resultados esperados e previstos no PPC, atingindo os objetivos estabelecidos. Outra contribuição é verificar como as estratégias estão proporcionando resultados esperados, dentro das situações existentes, considerando o ciclo de avaliação, em que se repete a cada três anos.

Observou-se que o referido curso, pensa na possibilidade de uso do Relatório do ENADE; no entanto, ainda não faz uso deste recurso, cabe desvelar, como este relatório pode ser utilizado.

O ENADE E A AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO: PLANO DE AÇÃO

Este plano de ação relaciona-se à possibilidade de se fazer uma leitura analítica do Relatório de curso, permitindo inferências e reflexões que auxiliam em propostas de autoavaliação. A análise foi elaborada considerando os dados disponíveis no Relatório do ENADE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014a), deste caso, considerando o desempenho geral obtido pelo curso, as respostas do questionário de percepção da prova, as respostas do questionário do

estudante, e, por fim, a análise do percentual de acertos as respostas do componente de formação geral e de formação específica.

a) O desempenho geral:

O Relatório do ENADE apresenta o conceito geral do curso, tabelas e gráficos explicativos com o desempenho do curso em comparação com a média nacional. O curso analisado atingiu em 2011 o conceito TRÊS no ENADE, em uma escala de UM a CINCO. Foram 29 alunos que realizaram a prova, atingindo um resultado médio geral de 49,7, enquanto o resultado geral no Brasil foi de 47,7%. Comparando as médias nacionais, os resultados do curso e considerando o desvio padrão, observa-se que o curso tem resultados próximos ao da média nacional (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014a).

Comparando o desempenho do curso com a média nacional é possível inferir como este curso situa-se na mesma média em relação aos demais. Mas para, além disso, é possível observar o que o curso atingiu, e traçar metas próprias para aumentar seu desempenho. A comparação com a média nacional pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 Desempenho no componente específico:



Fonte: Relatório do ENADE 2011 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014a, p.7).

Com relação ao percentual do estudante por quarto de notas obtidas, em análise detalhada no relatório do ENADE, Seção 3, observa-se que o curso está acima da média da região sul, porém inferior à média da categoria administrativa pública. Observa-se que a categoria administrativa pública foi a que teve melhor desempenho. O referido curso, pretender melhorar o seu desempenho, para tanto, caminhará para o alcance e/ou superação deste índice, considerando nesta análise o total da prova (formação geral; formação específica, ambas compostas por questões objetivas de múltipla escolha e discursivas).

Inferem-se alguns questionamentos em relação aos quartos de notas obtidas, conforme Relatório do ENADE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014a): observar por que a categoria pública apresenta um índice maior (29,85%) do que a privada (23,5%), e por que a região sul, onde está inserido o curso, apresenta desempenho inferior (21,7%) do que os cursos da região sudeste (28,6%) seguido pelo nordeste (26,1%), de acertos no último quartil da prova considerado de 75% a 100% da prova. Observar os dados estatísticos do desempenho leva à imediata comparação com a média nacional e as médias por região do Brasil. Leva a refletir onde o curso se situa em comparação aos demais da mesma área.

b) O questionário de percepção sobre a prova:

As respostas do questionário de percepção dos estudantes sobre a prova, disponíveis no Relatório do ENADE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014a),

fornece dados que poderão enriquecer a sua análise pelos coordenadores de curso e NDE. Em relação ao componente de formação geral, (34,8%) considerou difícil em relação a 26,1% da média nacional. Por que a formação geral pode parecer mais difícil para os alunos? No componente específico ocorreu o mesmo. Esta percepção dos alunos pode decorrer de um sentimento de despreparo para a realização do ENADE? Embora isto não se traduza no resultado alcançado (TRÊS), considerado um resultado mediano.

A maioria dos alunos do curso considerou a prova longa, e (21,7%) considerou-a muito longa, enquanto a média nacional a considerou adequada (47,1%). Isto remete à necessidade de desenvolver uma maior capacidade de leitura por parte dos alunos, observando-se que a prova do ENADE exige habilidades, tais como: leitura de textos, gráficos, imagens, compreensão e análise, além dos conhecimentos específicos da Pedagogia.

De acordo com o Relatório do ENADE, considerando a questão “você se deparou com alguma dificuldade ao responder a prova. Qual?” A maioria dos alunos respondentes sente-se desmotivado para fazer a prova (47,8%).

Infere-se que pode ocorrer um desconhecimento, por parte do aluno, da importância do ENADE, da contribuição para sua vida profissional, como forma de avaliação do seu desempenho. Além disso, 30,4% dos alunos, disse ter encontrado dificuldade em razão da forma diferente de abordagem do conteúdo, demonstrando que, mesmo sabendo o conteúdo, pois 39,1% dos respondentes declaram que estudaram e aprenderam muito dos conteúdos das questões objetivas da prova, mas, não conseguiram responder corretamente, pela forma como o conteúdo foi apresentado.

Quanto ao tempo gasto para concluir a prova, 43,5 % demorou entre 3 e 4 horas. Isso se deu pela dificuldade em compreender as questões? Se este tipo de questão fosse seguidamente trabalhado no curso, os alunos responderiam a prova em menos tempo? Seria uma atividade válida propor que os alunos realizassem a mesma prova em outros momentos, envolvendo professores e alunos de diferentes etapas do curso, analisando e debatendo o formato da prova e os resultados obtidos?

De modo geral, analisar as respostas do questionário de percepção sobre a prova produzem dados referentes ao nível de dificuldade dos alunos diante de uma avaliação. Considerando que no mundo do trabalho, seja para ingresso, seja para continuidade dos estudos a avaliação está presente. Portanto, é necessário preparar o egresso para lidar com os momentos de avaliação. Assim, inclusive, prepará-lo para também avaliar a si e aos outros e ao seu próprio desempenho profissional.

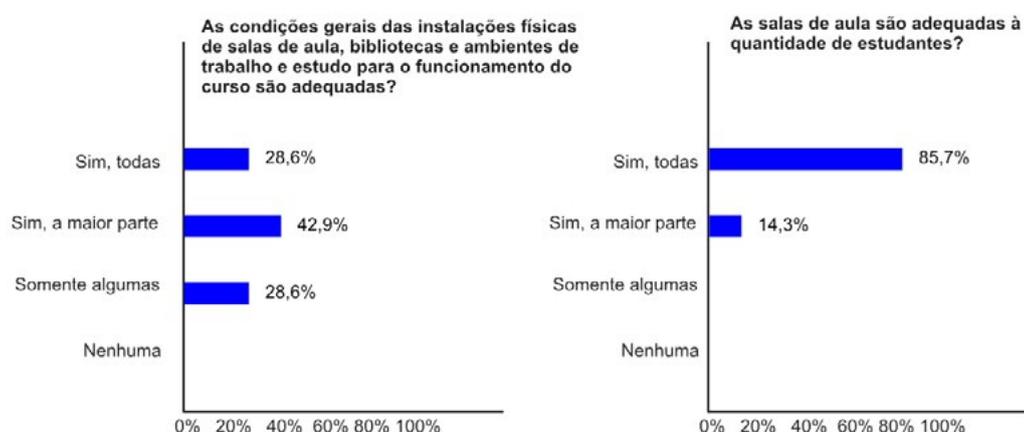
c) O questionário do estudante:

O questionário é composto por uma gama de aspectos: pessoais, socioeconômicos, da vida acadêmica do aluno, permitindo assim uma série de inferências, por parte do curso, que os auxilie a refletir sobre o perfil do seu aluno. De acordo com as respostas apresentadas no Relatório do ENADE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014a), observou-se que a maioria dos alunos deste curso se consideram brancos, com renda que varia entre 1,5 até 3 salários mínimos, que, em sua maioria não tem renda e o gasto com os estudos é financiado por outras pessoas (considera-se que é uma universidade pública). Além disso, os pais não têm curso superior, e em sua maioria (85,7%) cursou todo o ensino médio em escola pública.

Em relação aos recursos físicos e pedagógicos, os alunos responderam as seguintes questões: a maior parte das instalações físicas de sala de aula, biblioteca, ambientes de trabalho e estudos são adequados (42,9%); a maioria (85,7%) considera que as salas de aula são adequadas. No entanto, 71,4% consideram

que somente alguns dos equipamentos e materiais disponíveis para aulas práticas são suficientes para o número de estudantes. Para um curso de Pedagogia, a brinquedoteca e o laboratório de informática são alguns dos ambientes destinados a atividades práticas. A infraestrutura destes locais pode estar adequada, mas a forma de utilizar tais espaços pode ser discutida entre a comunidade do curso.

Figura 2 Resposta a questões de Infraestrutura.



Fonte: Relatório do ENADE 2011 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, p. 14, 2014a).

No item acesso a *internet*, apenas 28,6% disseram que a instituição viabiliza plenamente o acesso, outros 71,4% responderam a opção parcialmente. Nos dias de hoje, o acesso a *internet* é fundamental para o desenvolvimento do estudante e proporcionar este acesso já não é mais um custo tão elevado para a Instituição. Este item deve ser analisado com muita atenção, pois conectar-se é desenvolver-se. Em contrapartida, o item acervo da biblioteca foi considerado atualizado por 85,7% dos alunos. Outros 14,3% o consideraram parcialmente atualizado.

Outro ponto que merece destaque é a disponibilidade que o professor tem em atender aos alunos fora do período de aula. Apenas 28,6% responderam que em maior parte os professores conseguem atendê-los fora da sala de aula. Enquanto 71,4% responderam que somente alguns atendem a este quesito. Para melhor desenvolver o aprendizado, o curso poderá questionar-se por que motivo isso acontece. Há espaço físico e adequado para tal fim? Há horário livre para que o professor consiga atender? Também se podem organizar projetos e monitoria, por exemplo, para atender aos alunos do curso.

Ainda com relação aos professores, questionou-se se estes dominam o conteúdo de suas disciplinas, 57,1% responderam que todos os professores dominam e 42,9% responderam a opção “a maior parte”. Desse modo, a Instituição pode verificar de que forma seus docentes estão desenvolvendo suas aulas, promover a composição e discussão sobre eixos integradores no currículo, inclusive com atividades que possam ser interdisciplinares e integradoras.

Como pode ser observado, com relação à avaliação do currículo do curso em relação à integração entre os conteúdos das diferentes disciplinas 71,4% disseram ser bem integrado, porém 14,3% responderam ser relativamente integrado e também 14,3% disseram não apresentar nenhuma integração. Reconhecendo essa informação, é possível pensar no currículo existente e em seu aprimoramento, no que tange à integração entre eixos ou componentes curriculares, o que ainda é considerado um desafio.

O curso de Pedagogia foi considerado com plenitude na contribuição para o exercício profissional por 85,7% dos estudantes que responderam o questionário. Mas ainda assim, 14,3% responderam que contribui muito pouco. De posse desses resultados, o curso poderá realizar um amplo processo de cognição e investigação visando a buscar a motivação daqueles que responderam a pesquisa de maneira

negativa. Obviamente é um dado importante para o curso observar que a maioria de seus alunos percebe a contribuição do curso ao exercício profissional, isso demonstra uma característica de forte integração do curso com a área de atuação profissional, sendo um dado muito positivo.

d) As questões de conhecimento geral e de conhecimento específico:

Por fim, o relatório do ENADE apresenta a distribuição das respostas por alternativas tanto do componente geral quanto do específico, a fim de favorecer a avaliação do desempenho dos alunos. Este item também pode ser comparado com o desempenho por Região e Nacional e com as categorias administrativa e acadêmica. No componente formação geral, observa-se que a metade das questões de múltipla escolha foi corretamente respondida, isso gerou um desempenho abaixo da média nacional e da região, o que remete ao desempenho TRÊS, considerado a média. Este índice leva a reflexão sobre as habilidades e competências necessárias para que os alunos possam melhorar seu desempenho nas questões de formação geral. Conforme as Diretrizes estabelecidas para a prova de formação geral em 2011 observam-se os seguintes temas; capacidades e competências descritos no quadro:

Quadro 1: Temas, capacidades e competências avaliados na prova de formação geral ENADE 2011

Temas	Capacidades	Competências
<ul style="list-style-type: none"> - Arte e cultura; - Avanços tecnológicos; - Ciência, tecnologia e inovação; - Democracia, ética e cidadania; - Ecologia/biodiversidade; - Globalização e geopolítica; - Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, transporte, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; - Relações de trabalho; - Responsabilidade social: setor público, privado, terceiro setor; - Sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância, inclusão/exclusão, relações de gênero; - Tecnologias de Informação e Comunicação; - Vida urbana e rural; - Violência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ler e interpretar textos; - Analisar e criticar informações; - Extrair conclusões por indução e/ou dedução; - Estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; - Detectar contradições; - Fazer escolhas valorativas avaliando consequências; - Questionar a realidade; - Argumentar coerentemente 	<ul style="list-style-type: none"> - Projetar ações de intervenção; - Propor soluções para situações-problema; - Construir perspectivas integradoras; - Elaborar sínteses; - Administrar conflitos; - Atuar segundo princípios éticos

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da Portaria INEP 188/2011 (BRASIL, 2014).

Já no componente específico, observa-se que mais da metade das questões de múltipla escolha foram respondidas de forma correta. Porém, novamente ressalta-se a importância de analisar essas informações a fim de desenvolver uma melhoria contínua do currículo do curso, ou, até mesmo, promover uma discussão sobre diferentes concepções e formatos de avaliação.

É possível pelo percentual de acerto dos alunos a cada questão, cruzando com a análise da prova, verificar questão por questão, qual foi o conteúdo abordado e qual o índice de acertos daquela questão,

como por exemplo, a questão 15, em que a alternativa correta era a de letra E; no entanto, a maioria 41,4% dos respondentes do curso optou pela letra A.

No que se refere à aprendizagem inicial da língua portuguesa, alfabetização e letramento são processos independentes. PORQUE a alfabetização é o desenvolvimento de competências e habilidades para o uso efetivo da língua portuguesa em práticas sociais, enquanto o letramento é a aprendizagem do sistema de utilização das letras, na escrita.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- (A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (B) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- (C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- (D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- (E) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

O que se sugere como uma atividade autoavaliativa para o curso é a própria análise da prova e dos conteúdos abordados, que pode ser direcionadas pelas seguintes questões:

- Os conteúdos abordados estão consonantes com o currículo proposto pelo curso? (sim ou não e por quê).
- A forma como as questões são elaboradas são de fácil interpretação por parte dos alunos? (sim ou não e por quê).
- O perfil do egresso proposto pelo curso está sendo alcançado? A avaliação do ENADE com sua gama de instrumentos pode auxiliar nesta reflexão?

Mais do que realizar a avaliação e observar seus resultados quantitativos, propõe-se à leitura atenta do relatório de curso, e à reflexão sobre o currículo e a gestão do curso, a partir da análise do resultado do ENADE.

De modo geral, outras questões podem auxiliar:

- Os alunos conhecem o Projeto Político Pedagógico do curso?
- Este Projeto está consonante com as Diretrizes da área?
- Em relação à gestão do curso, que processos podem ser melhorados/implementados?
- Como a autoavaliação do curso está desenvolvida/sistematizada?

Não objetiva-se uma análise exaustiva do Relatório do ENADE, tampouco responder a tais questões, mas lançá-las, assim como qualquer curso poderá pensar em tantas outras questões que instiguem um olhar diferenciado e atento ao relatório do ENADE. Este relatório é produzido a partir da análise das respostas dos estudantes, portanto, tem relevância para pensar nos aspectos apontados neste artigo.

Assim, propõe-se à vinculação entre avaliação externa e interna, pois:

Somente quando a avaliação for percebida no *campus* na sua dimensão formativa e pedagógica e não unicamente como uma exigência governamental, teremos realizado plenamente o que preconiza o Sinaes: construir uma avaliação mais participativa e democrática e uma universidade comprometida e cidadã (RISTOFF, 2011, p. 74).

Faz-se necessário incentivar a dimensão pedagógica, participativa e democrática, no âmbito de cada curso, pois este é o *locus* de materialização da formação acadêmica, e do trabalho da Universidade.

CONCLUSÃO

A educação superior procura promover além do desenvolvimento de competências técnico-profissionais, a promoção de igualdade de oportunidades e de justiça social. É baseado nessa teoria que

as informações, presentes nos relatórios do ENADE, poderão auxiliar a instituição e o curso, a conhecer o perfil dos seus discentes e analisá-los em relação às outras IES, de modo que, possa ser incentivada a reflexão a respeito dos compromissos político-pedagógicos. Espera-se que assim seja potencializada uma ação orientada para o alcance dos objetivos propostos pelo curso.

Os resultados do ENADE, também visam a contribuir para:

[...]o desenvolvimento de uma avaliação e de uma gestão institucional preocupadas com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, p. 22, 2014b).

Deste modo, espera-se que, além da função regulatória, o ENADE possa assumir a função de avaliação, nos seus aspectos pedagógicos e de gestão dos cursos de graduação que realizam este exame trienalmente. Considerando sempre o respeito e o reconhecimento ao trabalho internamente desenvolvido pela comunidade acadêmica local.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Portaria n. 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v.141, n.132, 12 jul. 2004. Seção I, pp. 12- 13.

BRASIL. **Portaria INEP n. 188 de 12 de julho de 2011**. Estabelece as diretrizes para o componente de formação geral do ENADE 2011. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2011/diretrizes/diretrizes_formacao_geral_n_188.pdf> Acesso em: 13 set. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: Fundamentos e aplicações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco; VERHINE, Robert Evan. Do provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, n. 52, pp. 291 – 310, jul – set. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. SINAES. ENADE. **Relatório de curso Enade 2011**. Pedagogia (Licenciatura). Disponível em: <<http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>>. Acesso em: 13 set. 2014a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Prova do ENADE Pedagogia 2011**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2011/PEDAGOGIA.pdf>. Acesso em 09 set. 2014b.

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: O ENADE SOB-HOLOFOTES NA GESTÃO DOS CURSOS SUPERIORES DA URI – CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Luana Novakowski¹

Silvia Regina Canan²

Resumo: O projeto de pesquisa, com bolsa PROBIC/FAPERGS intitulado: “Políticas de Avaliação em Larga Escala: o ENADE sob-holofotes na gestão dos cursos superiores da URI – Câmpus de Frederico Westphalen”, objetiva analisar como os gestores (coordenadores) dos cursos de graduação da universidade observam o ENADE enquanto política de avaliação em larga escala e quais estratégias de gestão são utilizadas para melhorar seus cursos. Desde sua criação através da Lei nº 10.861/2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) contempla três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, sendo que dentro deste é que se encontra o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), que enquanto parte de uma política de avaliação em larga escala, tem se tornado um espaço imprescindível para medir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos nas diretrizes curriculares. No primeiro ano de vigência da pesquisa será trabalhado o aprofundamento teórico, na construção e desenvolvimento das entrevistas. Neste sentido, espera-se com esse estudo, contribuir com a qualificação da universidade através do desenvolvimento de pesquisas que possam trazer elementos novos ao debate das políticas.

Palavras-chave: Política de Avaliação em larga escala. SINAS. ENADE.

Abstract: The research project, with a grant PROBIC / FAPERGS titled: “Evaluation Policies in Large Scale: ENADE under the spotlight-in the management of the upper courses of the URI - Campus of Frederick”, aims to analyze how managers (coordinators) of courses university graduation ENADE while watching the large-scale assessment and management strategies that lay hold courses to improve their policy. The educational evaluation can be considered an information system for the implementation and maintenance of educational policies. In this sense it can become a wide space for study and research aspects of the educational system. Since its creation through Law No. 10.861/2004, the National System of Higher Education Assessment (SINAES) has three main components: the assessment of institutions, courses and student performance, and within this is that it is the ENADE which means National Examination performance of Students, who as part of a policy of large-scale assessment, has become an imperative to measure student performance in relation to the syllabus in curricular guidelines space. The test aims to check the progress of undergraduate courses through student performance to ensure the quality of education offered by the institutions. In the first year of the scholarship will be working primarily on the theoretical development, construction and development of the interviews. In this sense, this research

1 Acadêmica do VIII semestre do Curso de Pedagogia da URI – Câmpus de Frederico Westphalen, e, bolsista PROBIC/FAPERGS. e-mail: luanafw@hotmail.com

2 Professora do Departamento de Ciências Humanas da URI – Câmpus de Frederico Westphalen. Doutora em Educação pela UNISINO – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo/RS.

is expected to contribute to the university qualification through the development of research that can bring new elements to the policy debate. Thus, the said topic demonstrates the constant concern of the institution to study and understand the ENADE as a policy of large-scale assessment in Higher Education.

Keywords: Review policy on a large scale. SINAES. ENADE.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa que possui como tema Políticas de Avaliação em Larga Escala: O ENADE sob-holofotes na gestão dos cursos superiores da URI – Câmpus de Frederico Westphalen”, tem por objetivo analisar como os gestores dos cursos (coordenadores) da URI – Campus de Frederico Westphalen avaliam o ENADE enquanto avaliação em larga escala e de que estratégias de gestão lançam mão para melhorar a avaliação dos cursos.

Neste sentido, o estudo visa a compreender se o ENADE pode ser considerado um instrumento de avaliação que contribui com a qualificação dos cursos superiores, verificar se a participação dos cursos superiores no ENADE pode gerar estratégias de gestão com a finalidade de melhorar os resultados dos cursos, estudar se os resultados do ENADE trazem elementos suficientes para uma avaliação interna dos cursos no sentido de qualificá-los, bem como conhecer qual a percepção dos coordenadores de curso sobre o ENADE, tomando como parâmetro os padrões de qualidade instituídos pelo MEC/INEP para o ensino superior.

A universidade deve cumprir o seu papel com a sociedade, desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos de extensão que estejam vinculados com as reais necessidades da população em benefício comum. Em outras palavras, ela deve contribuir para solucionar os atuais problemas da população e promover a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A avaliação dentro do cenário educacional se configura como uma importante ferramenta para se obter uma análise do trabalho que vem sendo desenvolvido, tanto pelo sujeito quanto pela instituição promotora do ensino. A partir da mesma, pode-se construir um diagnóstico mais preciso para constatar falhas, controlar, reajustar os processos pedagógicos, corrigir erros, verificar o nível de aprendizagem bem como promover uma reflexão por parte do que está sendo avaliado.

Nesse íterim, o ENADE tem se configurado num importante espaço de avaliação em larga escala dos cursos superiores do Brasil, utilizado como um dos instrumentos para aferir conceitos para a educação superior brasileira, sendo um dos três componentes de uma política mais ampla de avaliação, o SIANES, sendo que o referido avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Desta forma, percebe-se a importância de propor um estudo mais aprofundado sobre a avaliação em larga escala, como parte de uma política mais ampla.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Pode-se iniciar a reflexão partindo do pressuposto do que é a universidade, de acordo com a LDB – Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: “se caracteriza por autonomia didática, administrativa e financeira, por desenvolver ensino, extensão e pesquisa e, portanto, contar com número expressivo de mestres e doutores”. A universidade é um lugar onde é possível adquirir e encontrar os mais diversos tipos

de informações das mais variadas formas, principalmente porque, atualmente, dispõe de instrumentos que fazem com que a comunicação chegue de uma forma mais desenvolvida. De acordo com Paviani e Pozenato (1980), o papel da Universidade é o de gerar saber de nível superior para tornar viável o funcionamento da sociedade. Essa função se manifesta de acordo com o tipo de sociedade em que está inserida.

Desta forma, a universidade é o lugar onde se encontra e se obtém contato com a cultura global. Tem como fim primordial o ser humano em todos os seus aspectos, também sendo responsável pelo surgimento e aprimoramento da cultura, da educação, do saber etc. Nesse sentido, Aragão afirma que:

Dentro da cultura humana, a universidade, com todas as suas contradições, tem sido um lugar privilegiado para a construção do conhecimento com a finalidade de oferecer ao ser humano, historicamente situado, condições de reconhecer a sua própria condição humana e de desenvolver competências para construir, individual e socialmente, um viver melhor (2002, p. 28).

Nessa ótica, compreende-se que a universidade tem como função não apenas tornar possível a obtenção de um diploma ou de uma vida financeira estável aos sujeitos, mas sim a formação de indivíduos capazes de produzir ou reproduzir conhecimentos de forma satisfatória para, posteriormente, aplicá-los na sociedade. Na realidade social que está inserida, terá de considerar os aspectos relevantes presentes para que assim ocorra uma maior inclusão social dos indivíduos.

Imbricada neste contexto, a universidade deve cumprir o seu papel com a sociedade, desenvolvendo estudos, pesquisa e projetos de extensão que estejam vinculados com as reais necessidades da população em benefício comum. Em outras palavras, ela deve contribuir para solucionar os atuais problemas da população e promover a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De fato, como diz Paviani e Pozenato (1980), a universidade possui a função de preparar profissionais para enfrentar a sua realidade cotidiana, de ser um pesquisador e prestar serviços à sua comunidade.

2.2. UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

Como parte integrante das políticas públicas brasileiras, as avaliações em larga escala surgiram nos anos 80, mas tiveram sua proliferação no país a partir da década de 90, devido às mudanças ocorridas na educação brasileira: os estudantes, que antes eram vistos como os precursores do fracasso da educação no Brasil, por não investirem em seus estudos, começaram a perder a fama de vilões, quando começou se a perceber que o sistema de ensino também poderia ser um dos responsáveis pelo baixo rendimento da educação no país. (SOUSA, 2001). Neste sentido, até a década de 80, a preocupação estava voltada na formação do aluno; porém, hoje, denota-se a presença das escolas nos processos de avaliação, seja dos docentes, discentes, cursos e redes de ensino. A avaliação em larga escala está totalmente conectada a questão da política pública, sendo parte da política educacional de um país.

Para Mazzonetto (2014, p. 45):

O processo de avaliação em larga escala no Brasil não fugiu aos panoramas do contexto internacional, seguindo as orientações dos organismos internacionais, como é o caso do Banco Mundial. A implantação da avaliação em larga escala ficou sob responsabilidade do MEC, que seguiu a lógica centralizadora na sua implementação.

A avaliação em larga escala é um instrumento de verificação de controle social, que tem como objetivo colocar em pauta o aprendizado dos sistemas de ensino, bem como dentro da área educacional dar sustentação às políticas públicas. A mesma recebeu essa dominação por ser realizada em caráter abrangente, comportando diferentes técnicas e modalidades da avaliação em educação.

Dentro do cenário educacional tem-se falado muito das avaliações em larga escala, bem como das avaliações externas. Flávia Werle (2010, p. 22) entende que a primeira “é um procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em testes e medidas, abrangendo um sistema de ensino”; já a segunda “pode designar avaliação de uma instituição, realizada por profissional ou firma especializada neste tipo de consultoria, abrangendo todo o escopo ou apenas parte das ações institucionais”. Desta forma, a autora acaba concluindo que as duas formas de avaliação estão ligadas, ou seja, a avaliação externa em larga escala vai apresentar qual modelo de avaliação será aplicado, e sua abrangência.

As políticas de avaliação tiveram seu início no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e foram reformuladas no período de vigência do de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Neste sentido, assumiram a partir daí a responsabilidade de diagnosticar as deficiências no processo de aprendizagem dos educandos, bem como melhorar a qualidade do ensino superior e da Educação Básica no Brasil, focando nos seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

A realização dos exames fica a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e permite que professores, gestores, comunidade, alunos, técnicos etc., obtenham um diagnóstico sobre a real situação da educação. Nos últimos anos, a avaliação tem buscado conscientizar os sujeitos sobre a importância do ato avaliativo, onde não basta apenas avaliar, e sim analisar as diferentes realidades, fatores sociais, para buscar possíveis soluções.

É lugar comum dizer que é preciso conhecer o sistema antes de modificá-lo. Contudo, sozinha, a avaliação não resolve nada. Sua função é indicar a natureza dos problemas para fundamentar o debate sobre as políticas educacionais. Ao longo dos últimos anos, a demanda pela melhoria da qualidade do ensino do país, demandou o aprimoramento dos processos de avaliação em larga escala, para dar conta de fornecer subsídios para implementar a qualidade do ensino (SANTOS, 2013, p. 5).

Desta forma, para os gestores das políticas educacionais, as avaliações em larga escala servem como “chave mestra” para perceber se as políticas educacionais implementadas têm gerado resultados positivos para a melhoria da educação. Por meio de diagnósticos, testes e questionários, as avaliações em larga escala visam a analisar o trajeto percorrido pelos acadêmicos em determinado período de escolarização.

A proposta de avaliação em larga escala também existe no âmbito internacional, onde foi o berço de criação das mesmas. O Brasil hoje é considerado uma referência em avaliação em larga escala, mesmo não comportando bons índices, porém, comporta uma série de avaliações em larga escala. Nesse viés, a ideia de avaliação em larga escala veio de países que começaram a avaliar sua educação em macroambientes, sendo que o Brasil também resolveu adotar esse formato de avaliação.

Como o Brasil sofre pelas influências externas, e por conta delas precisa apresentar bons números na educação, desenvolvimento social, precisa utilizar a economia para realizar o ciclo citado anteriormente, com o objetivo de gerar investimentos. Nesse viés, o Brasil prioriza boas notas para mostrar uma identidade

positiva no âmbito educacional, para que os organismos internacionais vejam o Brasil com “bons olhos” e invistam no país. Desta forma, percebe-se que a avaliação em larga escala é um instrumento político.

2.3 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - SINAES

De acordo com o MEC, nos últimos anos o Ensino Superior sofreu inúmeras modificações, onde o que antes apenas era função do Estado passou a ser tarefa também das Instituições de Ensino Superior. Segundo Ristoff e Giolo, no ano de 2003 surgiu a ideia de implementar uma nova proposta de avaliação para o ensino superior, que teria como objetivo:

Rever o atual sistema de avaliação que inclui o Exame Nacional de Cursos – ENC ou Provão – e implementar um sistema nacional de avaliação institucional a partir, entre outras, da experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) (RISTOFF; GIOLO, 2006, p. 194).

Nessa ótica, sentindo a necessidade de melhorar a qualidade do Ensino Superior no Brasil, em 14 de abril de 2004 foi criado, pela Lei Federal nº 10.861 e regulamentado pela portaria nº 2.051 em 9 de julho de 2004, um novo sistema de avaliação para as IES: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Lei 10.861 aborda como os processos de avaliação devem ser conduzidos no Brasil, sendo uma maneira de orientar o processo de avaliação no país.

Diferentemente do que muitos pensam, o SINAES não se resume ao ENADE, pois propõe cinco ferramentas de avaliação que têm como objetivo geral firmar os compromissos e as responsabilidades sociais das IES. Dentre eles estão os instrumentos de informação (censo e cadastro), a avaliação dos cursos de graduação, autoavaliação, avaliação externa e ENADE.

Neste sentido, o SINAES serve como uma mola propulsora para as instituições inovarem/aprimorarem o seu trabalho, priorizando a criação de políticas que desenvolvam um Ensino Superior de qualidade. Versieux afirma que dentro do SINAES estão compostas basicamente duas ferramentas de avaliação formada por quadros:

- 1) Quantitativos: construção de indicadores estatísticos como testes standardizados, censitários ou amostrais, números de alunos/professores; relação ingresso/egresso; qualificação/dedicação/titulação de professores e equipamentos físicos, laboratórios, bibliotecas e outros, gerando números para análise de confronto.
- 2) Qualitativos: auto avaliação; entrevistas; questionários; o envolvimento da comunidade, a prática de gestão; análise curricular de projetos, plano de cursos e outros, envolvendo aspectos subjetivos (2004, p. 31).

Para o SINAES, a avaliação é considerada uma ferramenta complexa porque envolve todo o contexto, sendo cada qual no seu momento, onde os especialistas, agentes, representantes do MEC, terão que realizar visitas às instituições de Educação Superior. Como um dos procedimentos adotados pelo SINAES, surge o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Esse instrumento de avaliação em larga escala foi criado e regulamentado pela portaria nº 107, de 22 de julho de 2004, (BRASIL, 2004) período vigente da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), vindo a substituir o antigo Provão – Exame Nacional de Cursos, ENC, criado pela Lei nº 9.131 de 24 de novembro de no governo de Fernando Henrique Cardoso.

2.4 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES - ENADE

O ENADE é uma proposta avaliativa que tem como intuito verificar a capacidade e habilidades adquiridas pelos alunos de cursos superiores durante seus trajetos percorridos na graduação. Desta forma, preocupa-se em avaliar os sujeitos quanto à sua formação geral e específica.

Na mesma linha de entendimento, diferente da proposta do Provão, o ENADE veio suprir algumas deficiências encontradas na avaliação anterior. É de relevância salientar que o exame aparentemente não é mais uma ferramenta de cunho regulatório para a punição de instituições superiores, ou seja, não é apenas o resultado obtido na prova que vai decidir se o curso pode ou não seguir adiante.

Como mencionado anteriormente, devido à preocupação do MEC com o caminho percorrido pelos estudantes, a prova era elaborada de forma igualitária tanto para os ingressantes quanto para os concluintes. Pois, por parte dos ingressantes estima-se que os mesmos demonstrem interesse em responder pelo menos parte da prova, já dos concluintes, espera-se que os mesmos respondam a maior parcela de questões possíveis, e que ao respondê-las, tomem consciência do conhecimento acarretado durante sua formação. É importante salientar que até o ano de 2012 a prova do ENADE foi realizada com ingressantes e concluintes, sendo que atualmente apenas os acadêmicos concluintes participam da mesma, embora tanto uns quanto outros devam ser inscritos pelas Instituições de Ensino.

A realização da inscrição no ENADE fica a cargo dos dirigentes das instituições de Ensino Superior, sendo que a ausência do acadêmico na realização da prova acarretará a impossibilidade de colar grau e receber o diploma do curso de graduação.

A partir do desempenho dos estudantes na prova do ENADE, o Inep elabora a avaliação do curso, que precisa ter conceito mínimo de 3, em uma escala de 1 a 5, para ser considerado satisfatório, sendo que os cursos que obtiverem conceito de 1 ou 2 serão considerados insatisfatórios e receberão a avaliação *in loco*. Por isso, a necessidade de realizar e valorizar o exame, pois se os resultados forem negativos ocorrerá o corte de vagas, bolsas, financiamentos e até a possibilidade de suspensão de vagas no curso superior que foi analisado e obteve baixo desempenho dos estudantes.

Os alunos podem se preparar para a prova do ENADE, realizando leituras sobre os conhecimentos gerais, sendo que a universidade pode oferecer práticas de formação, cursos de extensão preparando, por exemplo, a questão da inclusão social, das políticas sociais nas diversas áreas, sustentabilidade socioambiental, racial etc. Se o curso não trabalha as questões limitadas da prova do ENADE, cabe ao acadêmico pesquisar sobre as mesmas.

Nessa ótica, percebe-se a diferença entre o ENADE e o antigo Provão, quando o primeiro se refere a uma forma de avaliação em larga escala que contempla “o todo” do curso que está sendo avaliado, bem como da instituição promotora da graduação. Neste sentido, faz com que a nota final do exame seja apenas uma parte do todo e não o resultado final.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa desenvolverá um estudo sobre o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, a partir do qual são avaliados os cursos superiores da instituição de Educação Superior URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen. A pesquisa qualitativa foi identificada como o melhor caminho para que haja uma investigação com mais profundidade, partindo das possíveis soluções do problema de pesquisa, questões norteadoras, bem como

dos objetivos específicos, objetivando estudar como os gestores (coordenadores) dos cursos de graduação da universidade avaliam o ENADE enquanto política de avaliação em larga escala e de que estratégias de gestão lançam mão para melhorar a avaliação dos cursos.

Embora o projeto vá trabalhar com entrevistas, entende-se que os sujeitos envolvidos na pesquisa não terão nenhum tipo de risco já que as questões versarão sobre o ENADE e sobre as estratégias de gestão que possam contribuir com a melhor avaliação dos cursos superiores, da mesma forma, não receberão nenhum tipo de ressarcimento. As entrevistas não identificarão nominalmente os envolvidos, deverão apontar somente os cursos aos quais pertence, o que preserva os sujeitos de qualquer possibilidade de exposição pública indevida.

Para a coleta dos dados da pesquisa, irá se valer de entrevista estruturada e da análise de conteúdo. Por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar temas complexos que os questionários sozinhos dificilmente dariam conta (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004).

O registro dos conteúdos será feito por meio de elaboração de categorias, que serão definidas no momento de organização do material a ser analisado. O referencial teórico, ensinará a construção de um *corpus*, que dê sustentação à pesquisa a partir do que os autores vêm pesquisando e discutindo referente à universidade, e sua função social, sobre a avaliação, políticas de avaliação em larga escala, organismos internacionais, Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior e sobre o ENADE no qual irá se valer dos dados disponíveis no site do Mec. Os referentes dados serão coletados em livros, periódicos, documentos oficiais da instituição e documentos eletrônicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em leituras bibliográficas pode-se obter uma compreensão acerca do histórico da avaliação em larga escala nas universidades, sendo possível constatar que as mesmas sofreram inúmeras metamorfoses até chegar ao modelo de universidade disposto atualmente. A universidade habilita os graduandos para exercerem determinada profissão, além de formar pessoas críticas e conscientes, pois a mesma também enfatiza o desenvolvimento, tanto cultural quanto intelectual. A universidade, portanto, vai além da preocupação com a formação profissional dos acadêmicos, estendendo-se para o desenvolvimento de uma postura crítica e inovadora com a finalidade de preparar o aluno para a vida.

Referente às avaliações em larga escala, pode-se compreender que a mesma recebeu esse nome pelo fato de abranger o sistema de forma conjunta por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. As avaliações em larga escala têm se diferenciado das demais formas de avaliação, pelo fato de serem elaboradas por um órgão que não se encontra dentro das instituições de ensino, o qual tem objetivo de propor caminhos mais amplos como novas ferramentas de medida e de verificação de seus resultados.

Como parte de uma política de Avaliação em Larga Escala, voltado ao diagnóstico de aprendizagem referente ao ensino superior, pode-se compreender que o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, o SINAES, vem se tornando o principal instrumento para averiguar a qualidade do ensino nas instituições de educação superior, tanto nas públicas quanto nas privadas. Em parceria com os Estados e o Distrito Federal, o SINAES contempla alguns requisitos para o aprimoramento das universidades, dentre eles podem ser citados: o aumento na qualidade, oferta e ampliação do ensino superior para todas as classes sociais, e a aquisição do respeito à diversidade e valores democráticos.

Assim, percebe-se a importância do SINAES para verificação da organização, planejamento e gestão das instituições de ensino superior. Nessa perspectiva um sistema de avaliação pode se tornar uma espécie de banco de dados que organiza informações periódicas que sejam comparáveis e que permitam um estudo mais apurado sobre os diferentes aspectos do sistema educacional. Nesse ínterim, o ENADE, enquanto parte de uma política de avaliação em larga escala, pode ser considerado esse espaço que permite a pesquisa à luz dos dados que são gerados a partir da inscrição dos acadêmicos nas provas, passando pela realização das mesmas e posteriormente, pelos resultados que as avaliações ajudam a produzir, como parte da avaliação do ensino superior.

Apesar de suas fragilidades, o ENADE deve ser foco nas instituições de ensino durante toda trajetória percorrida pelos acadêmicos e não apenas no ano em que o curso será avaliado, cabendo aos professores a função de expor para seus alunos a importância de realizar uma boa prova para diagnosticar o que o curso acarretou durante esse ciclo de três anos, bem como se a universidade contribuiu para uma boa formação tanto profissional quanto para a vida de cidadão.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Rosália Maria Ribeiro *et al.* **Tratando da indissociabilidade:** ensino, pesquisa extensão. São Paulo: UESP, 2002. Avaliação Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior.
- BRASIL, MEC. **Lei n.º 10.861**, de 14 de abril de 2004. Brasília: 2004. Disponível: http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/Legislacao/LEI_n10861_14_4_04_SINAES Acesso em: 22 abr. 2014.
- INEP, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- LUCKESI, Cipriano. **Ensinar, aprender e avaliar:** três atos distintos. Disponível em: <http://luckesi.blog.terra.com.br/2012/11/>. Acesso em: 19 nov. 2013.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MAZZONETTO, Clênio. **O ENEM como política pública de avaliação:** construção e ou (des) construção do currículo escolar. Frederico Westphalen, 2014, 200 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Câmpus de Frederico Westphalen, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
- MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZANAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa qualitativa e quantitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- MINAYO, M., SOUZA C. de; **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.
- PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A Universidade em Debate.** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. **O SINAES como sistema.** RBPG, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006. Disponível em: http://www2.capes.gov.br/rbpg/portal/conteudo/Est_Artigo2_n6.pdf. Acesso em: 20 ago. 2013.
- SANTOS, Alexandre André dos. **Foco no Cidadão e o Quadrilátero da Gestão Educadora.** Disponível em: <https://geoalexandre.wordpress.com/tag/megp/>. Acesso em: 03 out. 2013.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação.** 5ª ed., revisada e ampliada – Brasília: INEP, 2009

SOLIGO, Valdecir. **Possibilidades e Desafios das Avaliações em Larga Escala da Educação Básica na Gestão Escolar.** Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf>. Acesso em 10 set. 2013.

SOUSA, Sandra Zákia. Ensino Médio: Perspectivas de Avaliação. **Retratos da Escola/ Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce).** Brasília: CNTE, v. 5, n. 8, jan./jun. - 2011, P. 99 - 110. SP: Editora Cultrix, 1996.

VERSIEUX, Rogério Evaristo. **A avaliação do Ensino Superior Brasileiro: PAIUB, o ENC e o SINAES.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, faculdade de educação. Campinas: 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola.** São Leopoldo: Oikos; Brasília: Líber Livro, 2010.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DOCENTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO DA URI – CÂMPUS DE SANTIAGO

Maiara Oliveira Jantsch¹

Carla Fabiana Silveira Moro²

Maria Saléti Reolon³

Resumo: É frequente que nos deparemos avaliando circunstâncias, ambientes e comportamentos. A Avaliação Institucional, consolidada a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, é considerada uma atividade indissociável da educação em qualquer filosofia, sendo um referencial para a regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria da sua qualidade. Avaliar, é assumir a tomada de decisões, identificando, com clareza, os fatores geradores de satisfações, insatisfações e expectativas. Em relação às ações educativas, isto está diretamente ligado a proporcionar subsídios para mudanças positivas, principalmente quando se tratar da atividade docente, esta que é um dos pilares sobre os quais se constrói o processo educacional. A compreensão da realidade do professor, contribui com a adequação e a transformação do processo de ensino-aprendizagem. Em relação ao número de cursos de graduação de nossa Instituição – URI – Câmpus de Santiago, num total de quatorze, entre licenciaturas e bacharelados, foca-se os resultados da Avaliação Institucional dos docentes do Curso de Direito, uma vez que o mesmo é oferecido em dois turnos: diurno e noturno. Diante disso, comparou-se o número de questionários respondidos por professores do referido Curso, nos primeiros semestres de cada ano, sendo analisados dados presentes nos Relatórios Anuais de Autoavaliação Institucional, datados de 2010 a 2014. De acordo com os mesmos, obteve-se por resultados: Em 2010 foram 28 questionários; no ano de 2011, foram 62; em 2012, 65; em 2013 foram em número de 52 e em 2014, 74. Nota-se a ascendência gradativa no parâmetro de participação em quatro períodos dos cinco analisados. Sendo que, apenas em 2013, houve decréscimo, justificado pelo fato do número de docentes ser menor naquele ano, o que ocasionou a diminuição significativa na quantidade de questionários finalizados. Tendo em vista o crescimento da participação dos professores no processo avaliativo, observa-se que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) – Comissão Interna do Câmpus, valorizando a Missão da Universidade, trabalha na sensibilização da comunidade acadêmica, a fim de motivar ações democráticas na Educação do Ensino Superior, enfatizando a importância da Avaliação Institucional enquanto um ato coletivo.

Palavras-Chave: Docente. URI – Câmpus de Santiago. Avaliação Institucional.

1 Acadêmica do curso de Ciências Biológicas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Santiago e Bolsista PROBIC/URI – Projeto “Avaliação Emancipatória na Educação Superior: Uma análise de resultados da autoavaliação no Câmpus de Santiago no período de 2009 a 2015” – maiarajantsch@gmail.com

2 Bióloga, Pós Graduanda em Docência no Ensino Superior (URI – SAT) e Membro da Comissão Interna – CPA/URI – Câmpus de Santiago – carla.moro@urisantiago.br

3 Professora Especialista em Linguística Aplicada, Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação Interna – URI Câmpus de Santiago e Orientadora do referido Projeto – saleti@urisantiago.br



UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09